



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
SETRA - Serviço de Transporte

1 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1 Introdução:

O presente Estudo Preliminar baseia-se nas diretrizes do Anexo III da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, e objetiva essencialmente a analisar a viabilidade e fornecer subsídios para a contratação de serviço de locação de veículos, em caráter permanente e eventual, incluindo a condução dos veículos, o gerenciamento da frota, e a administração da mão-de-obra terceirizada, com vistas ao atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como prover todos os elementos necessários à confecção do Termo de Referência.

1.2 Normativos específicos que disciplinam o serviço a ser contratado:

- 1.2.1 Instrução Normativa nº 5, de 26.05.2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 1.2.2 Decreto Distrital nº 38.934, de 15.03.2018 - Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 1.2.3 Decreto Distrital nº 39.978, de 25.07.2019 - Dispõe sobre a contratação de serviços públicos sob o regime de execução indireta pela administração direta e indireta do Distrito Federal.
- 1.2.4 Quando aplicável ao objeto da contratação, a(s) contratada(s) para o(s) serviço(s) deverá(ão) ainda observar as disposições contidas na legislação federal e distrital aplicáveis à terceirização de serviços, podendo-se citar os seguintes normativos: Consolidação das Lei do Trabalho (CLT); Lei Federal nº 6.019/74, e alterações posteriores; Leis Distritais nºs: 3.985/2007, 4.118/2008, 4.611/2011, 4.636/2011, 4.770/2012, 4.766/2012, 4.794/2012, 5.487/2017, 6.112/2018, 6.128/2018.

1.3 Contratações Anteriores:

- 1.3.1 Contrato TCDF nº 28/2016 cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos em caráter permanente e eventual, incluindo a condução dos veículos, o gerenciamento da frota, e a administração da mão-de-obra terceirizada, com vistas ao atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), de acordo com as especificações e condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 31/2016 e seus anexos (processo nº 20.065/2016)
 - 1.3.1.1 A contratação transcorreu normalmente, tendo sido realizada algumas alterações contratuais, como a diminuição da franquias, que será levada em consideração para um melhor dimensionamento da frota da nova contratação. Todas as alterações estão justificadas nos autos do processo nº 20.065/2016.

1.4 Justificativa da necessidade da contratação:

1.4.1 Razões de direito

- 1.4.1.1 Nos termos do art. 69, inciso I, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

pela Resolução TCDF nº 273/14, compete à Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (Sesap) planejar, organizar, dirigir, controlar, supervisionar e, quando for o caso, realizar atividades relativas a transportes.

- 1.4.1.2 Já ao Serviço de Transportes (Setra), dentre outras atribuições, compete: I) coordenar, orientar, controlar e supervisionar a utilização de veículos de serviço e de representação; e II) gerenciar e fiscalizar o contrato de prestação de serviço de locação de veículos com motoristas, por meio do controle diário de veículos, consoante o disposto no art. 73, incisos, I e XVII da citada Resolução.
- 1.4.1.3 Ressalte-se que, com a edição das Resoluções TCDF nºs: 119/2000, 139/2001 e 236/2012, que declaram a desnecessidade do cargo de Técnico de Administração Pública B - Condutor de Veículos, impedindo seu provimento em casos de vacância, a solução de ocupação desses cargos pela via do concurso público tornou-se inviável. Dessa forma, a reposição da mão-de-obra faltante vem sendo realizada pela terceirização dos serviços de condução.
- 1.4.1.4 A Resolução TCDF nº 70/1994 e a Portaria TCDF nº 08/2016 combinadas com as Decisões Administrativas nºs: 52/2010 (Processo 8804/2009) e 32/2013 (Processo 8776/2013) autorizam ao TCDF realizar a contratação dos serviços de transportes de forma terceirizada.

1.4.2 Razões de Fato:

- 1.4.2.1 A presente contratação visa atender às necessidades dos serviços de transportes no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal, haja vista a previsão de término da atual contratação (Processo nº 20.065/2016 – CT TCDF nº 28/2016).
- 1.4.2.2 Os serviços de transporte são imprescindíveis para a manutenção das atividades dos servidores, membros e colaboradores no âmbito dessa corte de contas.
- 1.4.2.3 Busca-se com a referida contratação a melhoria da qualidade dos serviços de transporte, atendendo às solicitações de veículos de serviços e ao atendimento das autoridades; e a diminuição de custos associados à aquisição e manutenção de frota própria.

1.5 Requisitos básicos da Contratação:

- 1.5.1 **Para o atendimento das necessidades do TCDF a empresa a ser contratada deverá possuir a qualificação técnica e econômica, listada abaixo, considerando-se o tipo de serviço de transportes a ser executado.**

CAPÍTULO XV – DA HABILITAÇÃO

15.1 O licitante deverá apresentar a seguinte documentação para habilitação:

I. relatório de consulta, realizada pelo próprio licitante, ou por delegação, ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF –, em que conste a validade das regularidades fiscais e trabalhistas (habilitação parcial) na data de abertura do certame;

II. certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 40, inc. V, do Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 40.205/2019. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF.

III. registro comercial, no caso de empresário individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

IV. certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida por distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição ou revalidação nos últimos 30 (trinta) dias que antecedem à sessão de abertura da licitação, caso o documento não consigne o seu prazo de validade;

IV.a. Será aceita certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que acompanhada de comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

V. atestado(s) de capacidade técnico-operacional ou Certidões que comprove(m) que a empresa tenha executado, ou que esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas: V. 1 - serviços de locação de veículos contemplando no mínimo 9 (nove) veículos; e V.2 - serviços de gestão de mão de obra, com a alocação de pelo menos 14 (catorze) postos de serviço nas dependências de terceiros.

V.a. Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

V.b. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito da(s) atividade(s) econômica(s) principal ou secundária(s), especificada(s) no contrato social vigente ou no comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil (cartão CNPJ) da licitante.

VI. declaração de vistoria ao local dos serviços emitida pelo próprio licitante ou de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria deverá ser feita no horário das 13h00 às 18h30, com agendamento prévio pelo telefone (61) 3314-2225 (Serviço de Transportes - SETRA);

VI.a. Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local dos serviços, a ausência de apresentação da declaração supracitada não implicará a desclassificação do licitante vencedor, entretanto ele não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, para eximir-se das obrigações assumidas;

VII. Balanço Patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinado por profissional habilitado, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, de acordo com os critérios estabelecidos nos itens 15.2 a 15.5 seguintes, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Será considerado o dia 01/08 do presente exercício como data a partir da qual será obrigatória a apresentação do balanço e demonstrações do exercício imediatamente anterior ao do presente certame.

VII.a. Com fundamento no art. 16 da Lei nº 9.779/1999, art. 2º do Decreto nº 6.022/2007 e art. 4º IN RFB nº 1252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão ainda observar o disposto no item 9.3.12 do Anexo I e Anexo XI do presente edital;

VII.b. Com fundamento nas Leis nºs: 7.689/1988, 9.249/1995 e 9.430/1996, no Decreto nº 3.000/1999, na IN SRRF nº 1700/2017 e na Decisão TCDF nº 544/2010, as licitantes que formularem suas propostas utilizando o regime de tributação pelo Lucro Presumido deverão ainda observar o disposto no item 9.3.16 do Anexo I e Anexo XII do presente edital;

VII.c. Com fundamento nas Leis nºs: 10.637/2020 e 10.833/2003 e nas Decisões TCDF nºs: 4081/2018 e 371/2018, as licitantes que formularem suas propostas utilizando o regime de tributação pelo Lucro Real deverão ainda observar o disposto no item 9.3.13 do Anexo I do presente edital.

VII.d. Com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes optantes pelo regime de tributação pelo Simples Nacional deverão ainda observar o disposto nos itens 9.3.18 e 9.3.19 do Anexo I do presente edital.

VIII. declaração, nos termos do art. 31, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, conforme modelo no Anexo IX (Modelo de Declaração de Relação de Compromissos), informando a relação de compromissos assumidos, com demonstração de que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;

IX. declaração, nos termos do art. 30, inc. II e § 6º da Lei nº 8.666/1993, de que, quando da assinatura do contrato disporá de sede, filial ou escritório no Distrito Federal (DF), local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para receber e solucionar as demandas do CONTRATANTE. Essa declaração é aplicável apenas às empresas que atualmente não possuem sede, filial ou escritório no DF;

15.1.1 No relatório do SICAF, emitido para cumprimento do item 15.1.I, deverá constar, no mínimo, a regularidade com os seguintes entes, em plena validade:

15.1.1.a Receita Federal e PGFN;

15.1.1.b Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS);

15.1.1.c Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT); e

15.1.1.d Receita Estadual/Municipal/Distrital.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

15.1.1.1 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos na forma do item 5.1.

15.1.2 O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF (omissão da situação com algum dos entes ou validade expirada) deverá apresentar documento(s) que as supram, a ser(em) remetidos na forma do item 5.1

15.1.3 A não apresentação do documento constante do inciso II não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de sua consulta via Internet.

15.2. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

15.3 Somente serão habilitadas as empresas em boa situação financeira, e esta será mensurada por intermédio da obtenção dos seguintes índices extraídos do balanço patrimonial, os quais deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e cujo resultado terá no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

15.3.1. Índice Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

15.3.2. Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

15.3.3. Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

15.4. O licitante deverá apresentar memorial de cálculo específico dos índices econômicos financeiros em referência, que deverá ser elaborado e assinado por profissional habilitado. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de rever os cálculos, com auxílio do Serviço de Contabilidade do TCDF.

15.4.1. Poderão ser considerados, para fins de aferição dos índices de que trata o item 15.3, aqueles apresentados na qualificação econômico-financeira do SICAF, desde que esta não se apresente vencida na data de abertura do certame. Essa faculdade não dispensa a apresentação da documentação constante do inciso VII do item 15.1.

15.5. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices constantes do item 15.3, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31 da Lei nº 8.666/1993, como exigência imprescindível para sua Classificação.

15.6. Caso o valor total constante na declaração de que trata o inciso VIII do item 15.1 apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta, discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), dividida por 12 (doze), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

15.7. Para fins de execução contratual, após a assinatura do contrato administrativo, o licitante vencedor deverá apresentar os seguintes documentos:

a. acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

b. memória de cálculo e formação de preços, e dos percentuais, referentes a cada uma das rubricas constantes das Planilhas de Custos e Formação de Preços, em cumprimento ao disposto na Decisão TCDF nº 544/2010; e

c. comprovação da documentação relativa aos profissionais a serem empregados nos postos de trabalho, citada no Item 3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

15.8. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

15.9. O Pregoeiro poderá, ainda, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

15.10 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do emissor do atestado e local em que foram prestados os serviços / fornecimento.

15.11. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

15.12. As exigências de habilitação de licitante estrangeiro serão atendidas mediante documentos equivalentes, os quais poderão inicialmente ser entregues traduzidos para língua portuguesa por tradução livre.

15.12.1. Caso o licitante vencedor seja estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata esse item deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.13. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.14. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observada a declaração de que trata o item 5.4 deste Edital.

15.15. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.16. Para o recebimento da nota de empenho, ou para a assinatura do contrato, ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.16.1. Caso o vencedor da licitação não comprove as condições de habilitação consignadas no edital ou se recuse a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

1.5.2 A contratação será por meio de execução indireta, de serviço de locação de veículos, em caráter permanente e eventual, incluindo a condução dos veículos, o gerenciamento da frota, e a administração da mão-de-obra terceirizada, com vistas ao atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme descrito a seguir.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

3.1. Contratação, por meio de execução indireta, de serviço de locação de veículos, incluindo a condução dos veículos, o gerenciamento da frota, e a administração da mão-de-obra terceirizada, com vistas ao atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme descrito a seguir.

3.2. ITEM 1 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE SERVIÇO E VEÍCULOS DE USO ESPECIAL

3.2.1. Os veículos constantes do ITEM 1 possuirão demanda variável, ou seja, poderão ser ativados ou desativados, mediante comunicação do CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço dirigida à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou de 60 (sessenta) dias, para a respectiva medida de ativação ou desativação do veículo e respectivo motorista condutor.

3.2.2 Para o dimensionamento da demanda de veículos de serviço e de uso especial é levada em consideração a utilização simultânea de veículos na hora pico de utilização do TCDF, entre 14h e 18h. Para tanto, foi realizada uma ponderação entre a utilização da frota no ano de 2019 (antes da pandemia) e no ano de 2020 (durante a pandemia), resultando numa redução da frota, atualmente de 14 (quatorze) para 10 (dez) veículos.

3.2.3. O retorno das atividades do TCDF após a pandemia trará consigo uma incerteza quanto à utilização dos serviços de transporte, tendo em vista o impacto da adoção permanente do regime de teletrabalho por parte dos servidores. Dessa forma, a adoção de qualquer estimativa de demanda rígida seria temerária, trazendo risco tanto de ociosidade da frota como de subdimensionamento.

3.2.4. Dessa forma, a adoção de uma demanda variável para o ITEM 1 se justifica em razão dessa variabilidade do quantitativo dos serviços de transporte a ser prestado por esse item ao longo do tempo. No caso de demanda reduzida

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

após o retorno das atividades presenciais, o quantitativo de veículos e motoristas a serem empregados no ITEM 1 será ajustado à demanda. No caso de aumento da demanda, acima do máximo previsto (10 veículos), o contrato poderá ser aditado em até 2 (dois) veículos.

3.2.5. A demanda por veículos de serviço e de uso especial será constantemente avaliada pelo Serviço de Transportes (Setra), a fim de se alcançar uma maior economicidade e racionalização de recursos públicos.

3.2.6. O quantitativo de veículos e motoristas a serem empregados na execução do ITEM 1 não possuem demanda assegurada pelo CONTRATANTE, ou seja, serão nominalmente contratados até 10 (dez) veículos e até 10 (dez) motoristas de veículos de serviço/especial, mas, para fins de execução contratual efetiva, não existe limite mínimo.

3.2.7. Durante o período de demanda efetiva pelos veículos e motoristas referentes ao ITEM 1, os serviços de transporte a serem executados terão caráter permanente.

3.2.8. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS DE SERVIÇO

3.2.8.1. Veículo novo (zero-quilômetro), ou seminovo com até 12 (doze) meses de fabricação e no máximo 15.000 KM rodados (para início da efetiva prestação dos serviços), na cor BRANCA, com 2 ou 3 volumes, 4 portas laterais, capacidade para 5 ocupantes, motor 1.4 ou superior, com ar-condicionado, direção com assistência hidráulica ou elétrica, GPS (não necessariamente integrado ao painel do veículo), sistema de som (no mínimo rádio AM e FM, tocador de CD/MP3 ou entrada USB e bluetooth), sensor de estacionamento traseiro, e película nos vidros, conforme legislação aplicável.

3.2.8.2. Os veículos de serviço serão identificados com pintura ou adesivo nas portas dianteiras, em cor preta, com a expressão "TCDF - USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO".

3.2.9. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS DE USO ESPECIAL

3.2.9.1. Veículo novo (zero-quilômetro), ou seminovo com até 12 (doze) meses de fabricação e no máximo 15.000 KM rodados (para início da efetiva prestação dos serviços), na cor PRETA, com 2 ou 3 volumes, 4 portas laterais, capacidade para 5 ocupantes, motor 1.4 ou superior, com ar-condicionado, direção com assistência hidráulica ou elétrica, GPS (não necessariamente integrado ao painel do veículo), sistema de som (no mínimo rádio AM e FM, tocador de CD/MP3 ou entrada USB e bluetooth), sensor de estacionamento traseiro, e película nos vidros, conforme legislação aplicável.

3.2.9.1.1. A exigência de que trata o item 3.2.6.1 é válida apenas para os veículos que não passaram pelo primeiro ciclo de ativação, previsto no item 3.2.1. O CONTRATANTE manterá um cadastro dos veículos ativados / desativados durante a execução contratual.

3.2.9.2. Os veículos de uso especial serão identificados com pintura ou adesivo nas portas dianteiras, em cor preta, com a expressão "TCDF - USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO".

3.2.10. QUANTIDADE DE VEÍCULOS DE SERVIÇO E VEÍCULOS DE USO ESPECIAL

3.2.10.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando da efetiva demanda, com exclusividade e por todo o período de demanda para a prestação dos serviços, um total de até 10 (dez) veículos.

3.2.10.2 Para o dimensionamento da demanda de veículos de serviço e de uso especial foi levada em consideração a utilização simultânea de veículos na hora pico de utilização do TCDF, entre 14h e 18h. Para tanto, foi realizada uma ponderação entre a utilização da frota no ano de 2019 (antes da pandemia) e no ano de 2020 (durante a pandemia), resultando numa redução da frota, atualmente de 14 (quatorze) para 10 (dez) veículos.

3.2.10.3. O retorno das atividades do TCDF após a pandemia trará consigo uma incerteza quanto à utilização dos serviços de transporte, tendo em vista o impacto da adoção permanente do regime de teletrabalho por parte dos servidores. Dessa forma, a adoção de qualquer estimativa de demanda rígida seria temerária, trazendo risco tanto de ociosidade da frota como de subdimensionamento.

3.2.10.4. Dessa forma, a adoção de uma demanda variável para o ITEM 1 se justifica em razão dessa variabilidade do quantitativo dos serviços de transporte a ser prestado por esse item ao longo do tempo. No caso de demanda reduzida após o retorno das atividades presenciais, o quantitativo de veículos e motoristas a serem empregados no ITEM 1 será ajustado à demanda. No caso de aumento da demanda, acima do máximo previsto (10 veículos), o contrato poderá ser aditado em até 2 (dois) veículos.

3.2.10.5. A demanda por veículos de serviço e de uso especial será constantemente avaliada pelo Serviço de Transportes (Setra), a fim de se alcançar uma maior economicidade e racionalização de recursos públicos.

3.2.10.6. Em face do desgaste normal decorrente da utilização prolongada veículos, e a fim de manter a frota locada atualizada e em condições mais adequadas para a execução dos serviços com a eficiência e a segurança necessárias, é exigido que a CONTRATADA proceda à substituição dos veículos locados em caráter regular, pelo menos, a cada 30 (trinta) meses de uso, se houver a prorrogação do contrato.

3.2.10.7. A CONTRATADA executará os serviços em caráter permanente, em dias úteis, entre 7 e 22 horas, e excepcionalmente em sábados, domingos e feriados.

3.2.11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.2.11.1. A contratada será remunerada por meio do pagamento de diária pela disponibilização do veículo, acrescido do valor da quilometragem rodada pelo veículo na prestação do serviço.

3.2.11.2. O total medido de diárias, bem como de quilômetros rodados será mensal e computado de forma global, considerando o quantitativo de veículos efetivamente alocados na prestação dos serviços e da quilometragem efetivamente rodada por toda a frota de veículos de serviço e de uso especial.

3.2.11.3. Para efeito de cálculo do preço estimado de contratação, foi considerada uma quilometragem mensal de 1.000 (mil) quilômetros por veículo de serviço e de uso especial.

3.2.11.4. Para o efeito do cômputo da quilometragem estabelecido nos itens anteriores, será paga pelo CONTRATANTE apenas a distância percorrida em requisições feitas pelo TCDF, a partir do início de cada período de prestação de serviços, cabendo à CONTRATADA o ônus por deslocamentos de seus veículos para abastecimento, manutenção e quaisquer outros motivos que sejam de seu interesse.

3.2.11.5. A referência para início do cômputo da quilometragem é o Edifício Garagem do TCDF, localizado no SGON, Quadra 1, Lote 226, Brasília-DF.

3.2.12. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DOS VEÍCULOS DE SERVIÇO E DE USO ESPECIAL:

3.2.12.1. Durante o período de prestação dos serviços, os veículos permanecerão nas dependências do TCDF ou em local designado pelo CONTRATANTE. Após a prestação dos serviços, os veículos poderão ser levados para outro local ou permanecer nas dependências do TCDF.

3.2.12.2. Excepcionalmente, o veículo poderá ser guardado fora da garagem do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, com a autorização expressa da autoridade competente do TCDF, nos seguintes casos:

3.2.12.2.1. deslocamentos a serviço em que seja impossível o retorno dos agentes no mesmo dia da partida;

3.2.12.2.2. situações em que o início ou o término da jornada diária ocorra em horários que não disponham de serviço regular de transporte público.

3.2.12.3. A permanência dos veículos da CONTRATADA nas dependências do TCDF é mera concessão, visando facilitar a execução do serviço, e não implica responsabilização do CONTRATANTE por guarda, depósito ou por qualquer dano eventual aos bens da CONTRATADA.

3.2.12.4. Os veículos deverão estar diariamente no Tribunal de Contas do Distrito Federal, no horário fixado para início da execução dos serviços, onde serão vistoriados, pelo gestor/fiscal de contrato, para que sejam verificadas as condições de limpeza e conservação. Para a vistoria, os veículos deverão estar lavados e abastecidos.

3.2.12.5. Quando solicitada, a CONTRATADA ficará obrigada a aguardar o usuário pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, sem quaisquer ônus adicionais ao TCDF, quando em deslocamentos cujo destino fique até 10 (dez) quilômetros. Para deslocamentos superiores a 10 (dez) quilômetros o tempo de espera é de até 1 (uma) hora. Ultrapassado esses períodos de tempo a CONTRATADA ficará desobrigada a aguardar o usuário no local.

3.2.12.6. O atendimento de requisição para utilização de veículos de serviço e veículos de uso especial fora do horário de expediente, bem como em finais de semana, feriados e pontos facultativos, e, ainda, fora dos limites do Distrito Federal, poderá ocorrer nos termos das normas internas do TCDF.

3.3. ITEM 2 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO**3.3.1. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO**

3.3.1.1. Veículo executivo sedan médio, novo (zero-quilômetro), na cor preta, com 3 volumes, 4 portas laterais, capacidade para 5 ocupantes, motorização mínima de 2.000 cc (duas mil cilindradas), com banco de couro, ar-condicionado, direção com assistência hidráulica ou elétrica, GPS (não necessariamente integrado ao painel do veículo), sistema de som, no mínimo, rádio AM/FM, tocador de CD/MP3 ou entrada USB e bluetooth, sensor de estacionamento traseiro, e película nos vidros, conforme legislação aplicável.

3.3.2. QUANTIDADE DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

3.3.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, com exclusividade e por todo o período de prestação dos serviços o quantitativo de 08 (oito) veículos.

3.3.2.2. Em face do desgaste normal decorrente da utilização prolongada veículos, e a fim de manter a frota locada atualizada e em condições mais adequadas para a execução dos serviços com a eficiência e a segurança necessárias, é exigido que a contratada proceda à substituição dos veículos locados em caráter regular, pelo menos, a cada 30 (trinta) meses de uso, se houver a prorrogação do contrato.

3.3.2.3. Será aceito veículo provisório seminovo com até 12 meses de fabricação, contendo as mesmas características citadas no item 3.3.1.1, até a chegada do veículo zero km definitivo, para os casos em que a entrega do objeto for acima de 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA, não devendo o prazo de entrega do veículo zero km ultrapassar 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato

3.3.3. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.3.3.1. A contratada será remunerada por meio do pagamento de diária pela disponibilização do veículo, acrescido do valor da quilometragem rodada pelo veículo na prestação do serviço.

3.3.3.2. O total medido de diárias, bem como de quilômetros rodados será mensal e computado de forma global, considerando o quantitativo de veículos efetivamente alocados na prestação dos serviços e da quilometragem efetivamente rodada por toda a frota de veículos de representação.

3.3.3.3. Para efeito de cálculo do preço estimado de contratação, foi considerada uma quilometragem mensal de 1.600 (mil e seiscentos) quilômetros por veículo executivo.

3.3.3.4. Para o efeito do cômputo da quilometragem estabelecido nos itens anteriores, será paga pelo CONTRATANTE apenas a distância percorrida pelos veículos quando em utilização pelo TCDF, durante cada período de prestação de serviços, cabendo à CONTRATADA o ônus por deslocamentos de seus veículos para abastecimento, manutenção e quaisquer outros motivos que sejam de seu interesse.

3.3.3.5. A referência para início do cômputo da quilometragem é o Edifício Garagem do TCDF, localizado no SGON, Quadra 1, Lote 226, Brasília-DF.

3.3.4. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DOS VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

3.3.4.1. Durante o período de prestação dos serviços, os veículos permanecerão à disposição do TCDF, cuja guarda, nos períodos nos quais não haja deslocamentos rodoviários, será nas dependências dos Edifícios do TCDF.

3.3.4.2. Excepcionalmente, o veículo poderá ser guardado fora da garagem do CONTRATANTE, com a autorização da Autoridade competente do TCDF, nos seguintes casos:

3.3.4.2.1. Deslocamentos a serviço em que seja impossível o retorno dos agentes no mesmo dia da partida;

3.3.4.2.2. Situações em que o início ou o término da jornada diária ocorra em horários que não disponham de serviço regular de transporte público.

3.3.4.3. A permanência dos veículos da CONTRATADA nas dependências do TCDF é mera concessão, visando facilitar a execução do serviço, e não implica responsabilização do CONTRATANTE por guarda, depósito ou por qualquer dano eventual aos bens da CONTRATADA.

3.3.4.4. Os veículos deverão estar diariamente no Tribunal de Contas do Distrito Federal, no horário fixado para início da execução dos serviços, onde serão vistoriados, pelo gestor/fiscal de contrato, para que sejam verificadas as condições de limpeza e conservação. Para a vistoria, os veículos deverão estar lavados e abastecidos.

3.4. ABASTECIMENTO E LIMPEZA DOS VEÍCULOS

3.4.1. A CONTRATADA deverá manter os veículos abastecidos de combustível e em boas condições de limpeza e conservação, durante todo o período de prestação dos serviços, o que será verificado, a qualquer tempo, mediante vistoria por servidor do TCDF para tanto designado.

3.4.2. É facultado à CONTRATADA realizar a limpeza dos veículos nas dependências do Edifício Garagem do TCDF, observado o seguinte:

3.4.2.1. Somente poderão ser lavados os veículos da CONTRATADA que estejam a serviço do TCDF;

3.4.2.2. Em contrapartida à autorização para o uso das dependências do TCDF, a CONTRATADA se obriga a realizar a limpeza dos veículos do CONTRATANTE, sempre que solicitado;

3.4.2.3. A CONTRATADA se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus prepostos aos veículos e instalações do TCDF;

3.4.2.4. Todo o material utilizado na limpeza dos veículos será custeado pela CONTRATADA.

3.4.2.5. A lavagem será preferencialmente do tipo ecológico ou a seco.

3.4.2.6. Caso não adote o tipo de lavagem descrito no item anterior, a CONTRATADA fica obrigada a arcar com as despesas de água e esgoto dos serviços de lavagem, cujo valor unitário do m³ será o mesmo cobrado pela CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, levando-se em conta a leitura mensal do hidrômetro instalado especificamente para esse fim, nas dependências do Edifício Garagem do TCDF. O montante do valor devido será abatido na fatura da Contratada do mês subsequente, mediante autorização de glosa comunicada por escrito ao CONTRATANTE.

3.5. REGIME DE EXECUÇÃO – VEÍCULOS DE SERVIÇO, USO ESPECIAL E REPRESENTAÇÃO

3.5.1. A CONTRATADA disponibilizará os veículos, efetivamente demandados, em caráter permanente (ITENS nºs 1 e 2), em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN E DETRAN-DF.

3.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar os veículos no Serviço de Transportes do Tribunal de Contas do Distrito Federal, situado no SGON, Quadra 1, Lote 226, Brasília-DF, no dia e horário marcados para o início das atividades, face à necessidade de vistoria.

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.5.3. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na "Ficha de Vistoria", fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

3.5.4. Após a vistoria, os veículos ficarão sob a responsabilidade do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na condição de locatário, com exceção dos momentos em que esse for retirado pela CONTRATADA para abastecimento, lavagem ou manutenção, quando então será elaborada nova ficha de vistoria.

3.5.5. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

3.5.6. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 02 (duas) horas, os veículos que estejam indisponíveis em razão de sinistros, revisão, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.

3.5.7. As substituições deverão ocorrer nas dependências do Tribunal de Contas do Distrito Federal, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA.

3.5.8. Os veículos de representação (executivos) disponibilizados pela CONTRATADA poderão ser conduzidos por seus empregados designados, bem como por servidores do TCDF e empregados de outras empresas prestadoras de serviço, devidamente designados por Autoridade desta Corte de Contas ou pelo Secretário-Geral de Administração.

3.5.9. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados. No caso de condutor estranho ao quadro funcional da CONTRATADA, essa poderá solicitar o reembolso dos valores junto ao TCDF, caso não seja efetuado diretamente por esse condutor.

3.6. JUSTIFICATIVA PARA ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS COM RESTRIÇÃO TEMPORAL DE USO E DE DISPONIBILIZAÇÃO DE GPS

3.6.1. A exigência de locação de veículos novos (zero KM) / seminovos (ITEM 1) e novos (zero KM) (ITEM 2), bem como para manter a frota com no máximo 30 (trinta) meses de uso visa garantir a segurança e integridade física das Autoridades e servidores do TCDF, por meio da utilização de automóveis em perfeitas condições de uso e com garantia de seguro com cobertura para danos materiais e pessoais. Além disso, foram considerados os seguintes fatores:

3.6.1.1. Os valores constantes do orçamento da presente licitação para disponibilização dos automóveis consideram veículos com tais restrições temporais.

3.6.2. As garantias da maioria das montadoras de veículos, tanto nacionais quanto importados, se findam no terceiro ano (36 – meses) de uso do veículo, consequentemente, após este período as manutenções periódicas tornam-se mais onerosas e os defeitos mecânicos mais frequentes.

3.6.3. Os veículos deverão possuir aparelho auxiliar de navegação do tipo Global Positioning System – GPS (não necessariamente integrado ao painel do veículo), com o intuito de facilitar a busca dos motoristas pelos destinos a serem alcançados nos percursos, servindo como sistema auxiliar de direcionamento e localização, devendo ser utilizado sempre em associação às normas e regras de trânsito e à sinalização das vias, as quais devem prevalecer sobre as orientações do aparelho.

3.7. ITEM 3 – GERENCIAMENTO E CONDUÇÃO DE VEÍCULOS**3.7.1. CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO**

3.7.1.1. Os serviços de condução de veículos de representação (executivos) serão prestados por 16 (dezesseis) motoristas, disponibilizados aos 7 (sete) Gabinetes de Conselheiros integrantes do Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao Gabinete do Procurador-Geral junto ao TCDF. A cada Gabinete serão disponibilizados 2 (dois) motoristas.

3.7.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar os motoristas de veículo de representação para cada Gabinete de acordo com a necessidade apresentada pela Autoridade.

3.7.1.3. Os motoristas cumprirão uma jornada de 44h (quarenta e quatro horas) semanais, admitindo-se a escala alternativa de trabalho 12x36h, a critério do Gabinete da Autoridade, que se pronunciará expressamente a respeito da escala de trabalho que melhor lhe atenda.

3.7.1.3.1. Em caso de adoção da escala de 12 x 36 h os valores de vale transporte e auxílio alimentação serão adequados para fins de pagamento por parte do CONTRATANTE.

3.7.1.3.2. Nas escalas de 12 x 36h e de 44h (quarenta e quatro horas) semanais serão concedidos o intervalo intrajornada, para repouso ou alimentação (Art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), bem como serão concedidos regularmente os dias de feriados.

3.7.1.3.3. As horas suplementares de que trata o artigo 59 da CLT serão pagas mediante prévia autorização da Autoridade e lançadas em folha de frequência atestada por servidor do Gabinete da Autoridade, ou compensadas, nos termos do parágrafo segundo desse artigo.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.7.1.4. Caberá a cada motorista de veículo de representação:

3.7.1.4.1. Conduzir veículos oficiais para locomoção de autoridades, servidores e outros indicados pelo Gabinete onde estiver alocado, zelando pela sua segurança;

3.7.1.4.2. Controlar o consumo de combustível, providenciando o abastecimento quando necessário;

3.7.1.4.3. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, solicitando manutenção quando necessário;

3.7.1.4.4. Auxiliar nos serviços relacionados à conservação dos veículos;

3.7.1.4.5. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;

3.7.1.4.6. Observar as normas internas de segurança;

3.7.1.4.7. Participar de programa de treinamento quando convocado;

3.7.1.4.8. Observar a disciplina e horário de trabalho;

3.7.1.4.9. Tratar com urbanidade as autoridades; e

3.7.1.4.10. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

3.7.1.5. A CONTRATADA executará os serviços em caráter permanente, entre 7 e 22 horas. Excepcionalmente, mediante solicitação da Autoridade, o horário de serviço poderá ser estendido, em razão de demanda extraordinária, tais como eventos, visitas técnicas, e demais atendimentos de Autoridades.

3.7.1.6. Requisitos para a função de motorista de veículo de representação:

3.7.1.6.1. ensino médio completo ou equivalente;

3.7.1.6.2. carteira nacional de habilitação compatível com o veículo utilizado, nos termos da legislação em vigor, com registro de EAR (art. 147, §5º do Código de Trânsito Brasileiro);

3.7.1.6.3. 4 (quatro) anos de experiência na função, devidamente comprovados na carteira de trabalho e previdência social;

3.7.1.6.4. apresentar certidão negativa de antecedentes criminais na esfera federal e estadual onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;

3.7.1.6.5. curso de direção defensiva, evasiva e ofensiva;

3.7.1.6.6. curso de formação de motoristas, expedido por instituição devidamente habilitada (SEST/SENAT, por ex.), que contemple requisitos teóricos de: relações humanas, função básica do motorista executivo, comportamento, aparência, procedimento e educação; e

3.7.1.6.7. curso de primeiros socorros.

3.7.2. CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE SERVIÇO E VEÍCULOS DE USO ESPECIAL

3.7.2.1. Os serviços de condução de veículos de serviço e de veículos de uso especial serão prestados por motoristas administrativos em dias úteis, entre 7 e 22 horas, e, excepcionalmente, em sábados, domingos e feriados, garantidas as compensações previstas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

3.7.2.1.1. O perfil de tráfego e de disponibilização de veículos diário, a ser cumprido pela CONTRATADA, será informado pelo Serviços de Transportes do TCDF (SETRA) quando da execução contratual, podendo variar com o tempo em função de variações de demanda pelos serviços de transporte.

3.7.2.1.2. Aos motoristas deverá ser concedido intervalo intrajornada para repouso ou alimentação, nos termos do Art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3.7.2.1.3. As horas suplementares de que trata o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho serão pagas mediante comprovação em folha de frequência ou compensadas, nos termos do parágrafo segundo do mesmo artigo.

3.7.2.1.4. Os dias de feriados serão concedidos regularmente

3.7.2.1.5. O tempo de espera pelo embarque do usuário no local solicitado é de 30 minutos, em deslocamentos de até 10 quilômetros, e de 1 hora, em deslocamentos superiores a 10 quilômetros, salvo ordem direta do Chefe do Serviço de Transportes.

3.7.2.2. Caberá a cada motorista de veículo de serviço ou de uso especial:

3.7.2.2.1. Conduzir veículos oficiais para transporte de pessoas em serviço em deslocamentos na região do Distrito Federal e Entorno;

3.7.2.2.2. Atender necessidades, que apenas possam ser supridas por meio da utilização de veículo oficial;

3.7.2.2.3. Elaborar resumo dos registros diários dos veículos (quilometragem, consumo, trajeto, abastecimento e outros);

3.7.2.2.4. Auxiliar nos serviços relacionados à conservação dos veículos;

3.7.2.2.5. Controlar o consumo de combustível, providenciando o abastecimento quando necessário;

3.7.2.2.6. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, solicitando manutenção quando necessário;

3.7.2.2.7. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

- 3.7.2.2.8. Observar as normas internas de segurança;
- 3.7.2.2.9. Observar a disciplina e horário de trabalho;
- 3.7.2.2.10. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

3.7.2.3. Requisitos para a função de motorista:

- 3.7.2.3.1. ensino fundamental completo ou equivalente;
- 3.7.2.3.2. carteira nacional de habilitação compatível com o veículo utilizado, nos termos da legislação em vigor, com registro de EAR (art. 147, §5º do Código de Trânsito Brasileiro);
- 3.7.2.3.3. 1 (um) ano de experiência na função, devidamente comprovado na carteira de trabalho e previdência social;
- 3.7.2.3.4. apresentar certidão negativa de antecedentes criminais na esfera federal e estadual onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;
- 3.7.2.3.5. curso de direção defensiva.

3.7.3. GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS / ENCARREGADOS

3.7.3.1. A CONTRATADA deverá designar encarregados, durante o horário de prestação de serviços, que deverão gerenciar os veículos de serviço, de uso especial e de representação, assim como os veículos eventuais, bem como administrar a mão-de-obra utilizada na prestação dos serviços.

3.7.3.1.1. Aos encarregados deverá ser concedido intervalo intrajornada para repouso ou alimentação, nos termos do Art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3.7.3.1.2. Os dias de feriados serão concedidos regularmente.

3.7.3.1.3. Não existe previsão de pagamento de horas extras para os encarregados.

3.7.3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENCARREGADO:

3.7.3.2.1. Controlar a movimentação e frequência dos motoristas da CONTRATADA;

3.7.3.2.2. Controlar a disponibilização, o atendimento, a movimentação e o recolhimento de veículos de serviço, de uso especial e de representação;

3.7.3.2.3. Designar motoristas para atender às requisições de veículos;

3.7.3.2.4. Inspeccionar diariamente os veículos, antes do início das atividades, para fins de cumprimento do disposto no Contrato;

3.7.3.2.5. Receber requisições e providenciar veículo para atendimento;

3.7.3.2.6. Coordenar o uso e distribuição de materiais e equipamentos pertinentes à execução do serviço;

3.7.3.2.7. Zelar pela limpeza e conservação das instalações disponibilizadas pelo CONTRATANTE;

3.7.3.2.8. Zelar pelo cumprimento das disposições contratuais no tocante a uso de uniforme, higiene pessoal e assemelhados;

3.7.3.2.9. Orientar os subordinados no tocante à ordem, disciplina e postura profissional adequada;

3.7.3.2.10. Adotar, por iniciativa própria ou por solicitação do gestor do contrato ou do Chefe do Serviço de Transportes, as providências cabíveis para a punição de funcionários da CONTRATADA que infringirem leis, regulamentos ou disposições contratuais;

3.7.3.2.11. Zelar pela eficiência e veracidade da comunicação entre a CONTRATADA e respectivos funcionários e o CONTRATANTE, usuários e gestor do contrato;

3.7.3.2.12. Controlar as folhas de ponto dos profissionais da CONTRATADA, acompanhando, diariamente, seu correto preenchimento, e encaminhando relatório ao gestor do contrato;

3.7.3.2.13. Reportar-se ao gestor do contrato e ao Chefe do Serviço de Transportes sobre quaisquer acontecimentos relevantes para a execução do contrato, bem como prestar as informações solicitadas.

3.7.3.3. REQUISITOS BÁSICOS PARA A FUNÇÃO DE ENCARREGADO

3.7.3.3.1. Os profissionais recrutados e selecionados para prestação dos serviços de encarregado serão previamente submetidos ao aceite da unidade gestora do serviço e deverão:

3.7.3.3.2. Apresentar certificado de conclusão de ensino superior;

3.7.3.3.3. Apresentar certificado de curso de gestão em transportes, expedido por instituição devidamente habilitada (SEST/SENAT ou assemelhado);

3.7.3.3.4. 2 (dois) anos de experiência na função, devidamente comprovados na carteira de trabalho e previdência social;

3.7.3.3.5. Comprovar experiência em operação de computadores, especialmente no uso de planilhas eletrônicas e editores de texto.

3.7.3.4. A CONTRATADA, a seu critério e expensas, poderá instalar ponto eletrônico para supervisionar a frequência de seus profissionais nos seus postos de trabalho.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.8. ITEM 4 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EM CARÁTER EVENTUAL COM MOTORISTA

3.8.1. Para tais serviços a CONTRATADA deverá disponibilizar, sob demanda, os seguintes tipos de veículos:

3.8.1.1. veículo sedan médio executivo;

3.8.1.2. van para passageiros;

3.8.1.3. veículo pick-up média cabine dupla;

3.8.1.4. caminhão-baú para transporte de cargas; e

3.8.1.5. veículo micro-ônibus executivo.

3.8.2. Todos os veículos deverão ser conduzidos por motorista com carteira nacional de habilitação compatível com o tipo de veículo.

3.8.3. Os veículos relativos a esse item deverão ser disponibilizados com motorista, devidamente abastecido de combustível, lavados e com os documentos exigidos em lei, devidamente segurado, e em boas condições de uso e conservação, a serem avaliadas mediante vistoria do executor do contrato.

3.8.4. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS EVENTUAIS

3.8.4.1. Veículo executivo: sedan médio, de cor preta, novo ou seminovo, com no máximo trinta meses de uso, com 3 volumes, 4 portas, capacidade para 5 ocupantes, motor 2.0 ou superior, com ar-condicionado, direção com assistência hidráulica ou elétrica e sistema de som (no mínimo rádio AM/FM, tocador de CD/MP3 ou entrada USB e bluetooth) e película nos vidros, conforme legislação aplicável.

3.8.4.1.1. Veículo tipo van: novo ou seminovo, com no máximo 5 (cinco) anos de uso, 3 (três) portas, com capacidade para, no mínimo, 15 ocupantes, ar-condicionado, direção com assistência hidráulica ou elétrica e película nos vidros, conforme legislação aplicável.

3.8.4.1.2. Veículo tipo pick-up média: cabine dupla, com no máximo 4 (quatro) anos de uso, com caçamba que transporte, no mínimo, uma carga líquida de 1000 quilos e até 4 (quatro) pessoas.

3.8.4.1.3. Veículo tipo caminhão-baú: com no máximo 8 (oito) anos de uso, com capacidade de carga líquida de 4,5 t, baú em chapa de aço com 4 metros de comprimento mínimo e porta traseira.

3.8.4.1.4. Veículo tipo micro-ônibus: do tipo executivo, com no máximo 5 (cinco) anos de uso e capacidade mínima para 22 (vinte e dois) passageiros sentados.

3.8.5. Os veículos deverão manter as características originais de fábrica, salvo as especificações contidas neste Termo de Referência, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa, exceto adesivo com a logomarca do Tribunal de Contas do Distrito Federal e com os termos "A SERVIÇO DO TCDF".

3.8.6. Os serviços eventuais serão solicitados com antecedência mínima de 3 (três) horas, contada a partir da entrega da solicitação do serviço, devendo os veículos estar à disposição do TCDF no local estipulado, no horário determinado. O TCDF poderá solicitar, em caso de urgência, mais de 1 (um) veículo do mesmo item, nas mesmas condições pactuadas.

3.8.7. A referência de início do cômputo da quilometragem é o Edifício Garagem do TCDF, localizado no SGON, Quadra 1, Lote 226, Brasília-DF.

3.8.8. A CONTRATADA fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada por veículo, aquela utilizada para o abastecimento, manutenção, ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse.

3.8.9. A medição dos serviços prestados será realizada com base no somatório das diárias utilizadas por tipo de veículo utilizado em caráter eventual (carro executivo, van, pick-up, caminhão, micro-ônibus), multiplicado pelo custo da diária, considerando o valor da franquia livre de 200 (duzentos) quilômetros. Eventual quilometragem excedente será paga multiplicando-se o quantitativo de quilômetros excedentes pela razão pro rata do valor da diária dividida pela franquia livre de 200 (duzentos) quilômetros.

3.8.9.1. O valor da diária para a locação de veículos em caráter eventual deverá contemplar todos os custos para realização dos serviços descritos nesse tópico, incluindo as despesas com motorista, combustível e lavagem.

3.8.9.2. No caso de ultrapassagem da franquia diária, a quilometragem excedente será aferida com base nos demonstrativos das requisições de transporte a serviço deste Tribunal, a ser conferida e aprovada pelo gestor/fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte.

3.8.9.3. É vedada a sublocação de carros de praça (táxi / uber ou similares).

3.9. DA MEDIÇÃO MENSAL DO OBJETO

3.9.1. Por se tratar de serviço de prestação contínua, o faturamento será realizado mensalmente por meio de medição dos serviços prestados. A fiscalização registrará as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, objetivando imediata correção das irregularidades apontadas.

3.9.2. A base de medição dos serviços de transporte referentes aos Itens 1 e 2 é a quantidade de diárias de veículos disponibilizados e a quilometragem total rodada auferida na prestação do serviço.

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.9.3. A base de medição dos serviços referentes ao item 3 (condução de veículos de serviço, de uso especial, de representação e encarregados), é quantidade de postos disponibilizados. Em caráter complementar, será medida a quantidade de horas extraordinárias realizadas, visando o pagamento das mesmas, no caso de não haver compensação de jornada, observado o disposto nos tópicos 3.7.1.3.3 e 3.7.2.1.3 do presente Anexo.

3.9.4. A base de medição dos serviços de transporte referentes ao Item 4 é a diária utilizada, considerando o valor da franquia livre de 200 (duzentos) quilômetros. Eventual quilometragem excedente será paga multiplicando-se o quantitativo de quilômetros excedentes pela razão pro rata do valor da diária dividida pela franquia livre de 200 (duzentos) quilômetros.

3.9.5. O instrumento de medição da quilometragem será o hodômetro do veículo terceirizado, com a anotação no início e fim do trajeto em requisição de veículo expedida pelo CONTRATANTE.

3.9.6. O fiscal do contrato poderá, a qualquer tempo, verificar a autenticidade das informações constantes da requisição de veículo.

3.9.7. O usuário transportado também atua como agente fiscalizador no processo, tanto na verificação do hodômetro do veículo quanto no saneamento de dúvidas sobre o roteiro efetuado, a partir de solicitação do Serviço de Transportes.

3.9.8. Após confirmada a quilometragem rodada pelo Serviço de Transportes, a requisição de veículos será registrada em sistema informatizado para fins de consolidação, relatório e pagamento.

3.9.9. Ao final de cada mês, será gerado relatório consolidado de todas as requisições de veículo, com o total de diárias utilizadas e a quilometragem total rodada pelos veículos que prestaram os serviços de caráter permanente, bem como o total de diárias utilizadas e quilometragem total rodada pelos veículos que prestaram serviço de caráter eventual.

3.10. DOS SALÁRIOS DA MÃO DE OBRA A SER UTILIZADA NOS SERVIÇOS CONTRATADOS

3.10.1. Conforme motivação contida no item 1.5.3 do Estudo Técnico Preliminar que deu origem ao presente Termo de Referência, fica estabelecido que os salários dos postos de serviço (Encarregados e motoristas de veículos de representação), não serão inferiores aos discriminados nas planilhas de custo direto da mão de obra constantes do Anexo IV, considerando as atividades desenvolvidas nesses postos e o nível de atuação necessário à categoria profissional, onde se exige a prestação de serviço de qualificação técnica elevada. E, no caso de veículos de representação, o atendimento direto às Autoridades do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

3.10.1.1. Os salários previstos para os postos citados no item 3.8.1 são equivalentes à remuneração atualmente recebida pelos prestadores de serviço no contrato de locação de veículos com motoristas

3.10.2. A necessidade de fixação salarial fundamenta-se na manutenção da qualidade, eficiência e produtividade do serviço atualmente prestado, com base em entendimento apresentado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 290/2006-Plenário, Acórdão nº 2647/2009-Plenário, Acórdão nº 6762/2009-Primeira Câmara, Acórdão 1097/2019 – Plenário e Acórdão 2101/2020 - Plenário).

3.10.3. Entende-se que, em um processo de terceirização é primordial a manutenção da qualidade dos serviços. Nesse sentido, o estabelecimento de valores mínimos para os salários visa à contratação de pessoas mais qualificadas e/ou com maior experiência no desempenho de suas funções, sem implicar em aumento de benefícios diretos às empresas contratadas (apenas aos trabalhadores) ou criação de obstáculos à competitividade.

3.10.4 No caso dos motoristas de veículos de representação as seguintes exigências do posto demonstram a necessidade de qualificação técnico-profissional diferenciada, que justifica a adoção de remuneração diferenciada do piso salarial:

- 4 (quatro) anos de experiência na função, devidamente comprovados na carteira de trabalho e previdência social;
- curso de direção defensiva, evasiva e ofensiva;
- curso de formação de motoristas, expedido por instituição devidamente habilitada (SEST/SENAT, por ex.), que contemple requisitos teóricos de: relações humanas, função básica do motorista executivo, comportamento, aparência, procedimento e educação.

3.10.5. No caso dos encarregados as seguintes exigências do posto demonstram a necessidade de qualificação técnico-profissional diferenciada, que justifica a adoção de remuneração diferenciada do piso salarial:

- apresentar certificado de conclusão de ensino superior;
- apresentar certificado de curso de gestão em transportes, expedido por instituição devidamente habilitada (SEST/SENAT ou assemelhado); e
- ter 2 (dois) anos de experiência na função, devidamente comprovados na carteira de trabalho e previdência social;

3.10.6. Os valores estabelecidos para os salários citados, constantes das planilhas de custo direto da mão de obra do Anexo IV, foram fixados com base em outras contratações públicas no Distrito Federal com perfil profissional análogo ao que será exigido na nova contratação, de forma a assegurar a manutenção do perfil técnico adequado à prestação dos serviços de locação de veículos com motoristas.

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

3.11. DOS UNIFORMES E DOS EQUIPAMENTOS

3.11.1. Os profissionais indicados para a prestação dos serviços devem se apresentar trajando uniformes sempre limpos, fornecidos a expensas da CONTRATADA, conforme periodicidade constante do Anexo III.

3.11.2. O uniforme deve ser aprovado previamente pela unidade fiscalizadora do TCDF e conter as características básicas, listadas no Anexo III.

3.11.3. A entrega do conjunto de uniforme ao(s) funcionário(s) deverá acontecer na presença do executor do contrato, que assinará o recibo de entrega junto com o funcionário.

3.11.4. A CONTRATADA não poderá repassar os custos do uniforme a seus empregados.

3.11.5. A CONTRATADA deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido acima, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação ou constatação.

3.11.6. A CONTRATADA, se necessário, fornecerá aos funcionários, gratuitamente, Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao risco da atividade exercida e em perfeito estado de conservação e funcionamento, nos termos da NR-06 (ABNT).

3.11.7. Demais detalhamentos sobre os uniformes constam do Anexo III deste Edital.

3.11.8. A CONTRATADA deverá ainda disponibilizar aos motoristas e encarregados aparelhos de comunicação tipo celular com acesso à internet, que possibilite a instalação de aplicativos necessários à prestação dos serviços.

3.12. DA GESTÃO CONTRATUAL POR DESEMPENHO / RESULTADO

3.12.1. A remuneração mensal final dos serviços executados pela CONTRATADA será variável de acordo o desempenho da contratada, nos termos do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido no Anexo XIII.

3.12.2. A CONTRATADA não poderá obter pontuação equivalente ao conceito ruim no Fator de Qualidade (FQ), conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo XIII do Edital, por três meses (consecutivos ou não), sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

1.5.3 DOS SALÁRIOS DA MÃO DE OBRA A SER UTILIZADA NOS SERVIÇOS DE CARÁTER PERMANENTE**1.5.3.1 Importante observar que a Lei nº 8666/93 veda apenas o estabelecimento de preços mínimos, consoante visto:**

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e **vedados a fixação de preços mínimos**, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

1.5.3.2 Conforme entendimento precedente do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 290/2006 - Plenário. Relator: Augusto Nardes. Trecho citado abaixo), a fixação de patamar salarial não configura a fixação de “preço mínimo”, vedado por lei, pois o “preço final” ofertado pelo licitante em contratações de serviços terceirizados, compreende outros componentes de custo além do salário do profissional, tais como: benefícios, encargos legais, despesas administrativas, margem de lucro da empresa e tributos, *verbis*:

8. Superadas as questões preliminares, julgo que, para desanuviar o entendimento pretérito sobre o impeditivo legal para a previsão de remuneração mínima, faz-se pertinente trazer à baila o dispositivo em tela:

"art. 40. O edital (...) indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência,

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;" (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/98) (grifei)

9. A controvérsia a respeito do presente processo reside também, com efeito, na extensão e alcance da interpretação do que seriam os "preços mínimos" vedados por imposição legislativa. Julgo que o tema comporta maiores esclarecimentos, como bem o fez o nobre Ministro Marcos Vinícios Vilaça, pela necessidade de **distinção a ser realizada entre a proibição legal do estabelecimento de preço mínimo e a fixação de patamar salarial relativo a serviço** a ser prestado em contrato de terceirização.

10. Em primeiro plano, cumpre observar que o **conceito de preço mínimo** é bastante restrito. Nos editais da Câmara dos Deputados examinados por ocasião da auditoria, trata-se do **preço final ofertado pelo licitante, o qual, via de regra, é composto pelo salário do profissional que irá executar o serviço, pelos encargos legais pertinentes, custos incorridos e pela margem de lucro da empresa.**

11. Consoante o magistério de Jessé Torres Pereira Junior (in: Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública, 6ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 434), "A redação original do inciso X, ao demandar a definição, no edital, de critério de aceitabilidade de preço, sugeria a ilação de que a Lei nº 8.666/93 afastava o preço-base como tipo de licitação (v. art. 45, I), mas o mantinha como critério aferidor da hipótese de desclassificação de propostas, a que alude o art. 48, II. A Lei nº 8.883/94 complementou a redação do inciso X vedando a 'fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação aos preços de referência'. Ou seja, é viável que o edital estabeleça preço de referência, porém não poderá exigir que os preços cotados situem-se entre limites máximos e mínimos em torno dele. Constitui verdadeiro desafio a definição de critérios de aceitabilidade de preço diante das restrições insuladas no inciso X do art. 40." (grifei)

12. Ora, o **item serviço não é composto apenas pelo salário do empregado. Há outras variáveis que devem ser consideradas, como os custos diretos e indiretos incorridos pelo licitante, e a sua margem de lucro.** Nesse ínterim, entendo que **a prefixação de remuneração pretendida** por aquela Casa Legislativa **poderia ocorrer por meio do ajuste de um "salário-paradigma",** a ser pago a determinado profissional, **o que não significaria, a meu ver, a fixação de preço mínimo vedada** pela norma. Preço mínimo seria o todo, o item preço do serviço a ser contratado, comportando outros subitens, enquanto que tal salário, neste caso a **remuneração a ser paga pela contratada aos empregados, seria uma das variáveis do preço do serviço.**

13. Há, contudo, outros pontos que devem ser considerados no presente julgamento, como aduzido pelo recorrente. Trata-se da questão da proposta mais vantajosa e a satisfação do interesse público. **Reconheço que existe, sim, a possibilidade de aviltamento dos salários dos terceirizados e conseqüente perda de qualidade dos serviços, o que estaria em choque com satisfação do interesse público.** Nesse aspecto, no caso de uma contratação tipo menor preço, em que as empresas mantivessem os profissionais pagando-lhes apenas o piso da categoria, entendo que não seria razoável considerar, apenas como vantagem a ser obtida pela Administração, o menor preço. Livres de patamares salariais, os empregadores, de forma a maximizar seus lucros, ofertariam mão-de-obra com preços de serviços compostos por salários iguais ou muito próximos do piso das categorias profissionais, o que, per se, não garantiria o fornecimento de mão-de-obra com a qualificação pretendida pela Administração. Sob esse prisma, entendo que a qualidade e a eficiência dos serviços postos à disposição de órgãos públicos não pode ficar à mercê da política salarial das empresas contratadas.

14. Assim, **proposta mais vantajosa não significa apenas preço mais baixo.** Há que se considerar a tutela de outros valores jurídicos além do menor preço, como, por exemplo, o atendimento ao princípio da eficiência. Nada obstante, devo destacar que tal condição não abre caminho para contratação por qualquer patamar, como já ressaltado por esta Corte. O administrador continua obrigado a

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

justificar os preços a que se propõe ajustar, e a demonstrá-los compatíveis também com as especificidades dos serviços que serão prestados e com os profissionais que irão executá-los.

15. Quanto à questão da aplicação dos princípios jurídicos, entendo de grande relevo o posicionamento apresentado pelo Exmo. Procurador-Geral do MP/TCU em outro processo, ao tratar de matéria distinta, e transcrito no relatório supra, no sentido de que a doutrina dominante atribui força normativa aos princípios e de que "As demandas sociais exigem respostas céleres que somente os princípios conseguem dar. Eles representam espaço normativo capaz de abarcar situações para as quais a lei não ofereceu previsão expressa. (...) Características como baixa densidade normativa, abstração, generalidade e fecundidade permitem aos princípios englobar casos que as normas não conseguem". Ora, está claro que o recorrente, ao apresentar suas razões, está em busca da tutela de princípios como o da eficiência, da razoabilidade, em contraponto à aplicação e interpretação estanque do art. 40, inciso X, da Lei de Licitações.

16. Retornando ao tema central, julgo que **a fixação do salário a ser pago pela licitante também não se revestiria em obstáculo à competitividade do certame, visto que todas as empresas partiriam de um mesmo patamar para apresentar suas propostas, que poderiam estar diferenciadas no tocante a outros custos incorridos pelo empregador e à margem de lucro que este se dispuser a aceitar na composição do preço do serviço.** Por óbvio que nessas condições não haveria restrição à competitividade nem restaria prejudicada a possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa, preservando-se, também, o interesse público, visto que por meio de um salário-paradigma poderiam ser contratados profissionais melhor qualificados.

17. Também não se pode olvidar que não compete a esta Corte de Contas interferir em questões privadas, de empregado e empregador, notadamente no que toca às garantias trabalhistas ou acordos coletivos. Entretanto, este Tribunal não pode ignorar o princípio da eficiência e o interesse público presente na contratação de mão-de-obra qualificada e na necessidade de se coibir a danosa rotatividade de mão-de-obra que tantos transtornos têm causado à Administração, além da conseqüente responsabilização trabalhista que tem recaído sobre os órgãos públicos contratantes, em razão do abandono dos empregados por seus empregadores, sem o devido pagamento de seus direitos e encargos, dadas as características peculiares das contratações com fins de terceirização.

18. Ante as considerações apresentadas, julgo que **a fixação do salário-paradigma**, como por exemplo, os valores já pagos em contratação anterior como remuneração aos empregados, atualizados, por certo, de forma a manter o poder aquisitivo dos valores ao tempo das respectivas contratações, **pode se constituir em um referencial**, como mencionado pelo ilustre administrativista citado no presente Voto, **servindo para balizar as ofertas dos licitantes e para garantir a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados**. Vale também frisar que o salário-paradigma é relativo aos valores recebidos pelo trabalhador, ser humano, não se confundindo com um valor de referência para coisas ou bens, como, por exemplo, o item serviço de um edital de licitação.

1.5.3.3 A contratação do tipo menor preço, sem estabelecimento de parâmetros considerados exequíveis, terá como consequência a imposição do pagamento do salário de piso da categoria ou algo muito próximo a isso, situação que inevitavelmente consistirá na perda de qualidade dos serviços de transporte atualmente executados.

1.5.3.4 Frise-se que a qualificação técnico – profissional exigida para os postos de trabalho de motoristas de representação e de encarregados, a serem contratados pelo TCDF, é superior ao padrão mínimo de mercado, cuja remuneração mínima

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

encontra-se prevista na Convenção Coletiva de Trabalho Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021, celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) e o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do Distrito Federal e Outros (SITTRATER/DF).

1.5.3.5 Nos dois casos são exigidas experiência prévia na função, bem como cursos profissionalizantes não exigidos de profissionais em início de carreira, cuja remuneração se coadunaria com o piso salarial da categoria.

1.5.3.6 No caso dos motoristas de veículos de representação as seguintes exigências do posto demonstram a necessidade de qualificação técnico-profissional diferenciada, que justifica a adoção de remuneração diferenciada do piso salarial:

- 4 (quatro) anos de experiência na função, devidamente comprovados na carteira de trabalho e previdência social;
- curso de direção defensiva, evasiva e ofensiva;
- curso de formação de motoristas, expedido por instituição devidamente habilitada (SEST/SENAT, por ex.), que contemple requisitos teóricos de: relações humanas, função básica do motorista executivo, comportamento, aparência, procedimento e educação.

1.5.3.7 No caso dos encarregados as seguintes exigências do posto demonstram a necessidade de qualificação técnico-profissional diferenciada, que justifica a adoção de remuneração diferenciada do piso salarial:

- apresentar certificado de conclusão de ensino superior;
- apresentar certificado de curso de gestão em transportes, expedido por instituição devidamente habilitada (SEST/SENAT ou assemelhado); e
- ter 2 (dois) anos de experiência na função, devidamente comprovados na carteira de trabalho e previdência social;

1.5.3.8 A pesquisa de preços, em contratações similares na Administração, pode balizar o salário-paradigma aceitável para os postos de trabalho, sem com isso importar restrições à competitividade do certame, notadamente quando pretende-se contratar profissionais com elevado nível de qualificação e experiência. Tal procedimento, quando o perfil profissional exigido é superior ao da média de mercado, encontra respaldo nos seguintes precedentes do Tribunal de Contas da União, a saber:

Acórdão 1097/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas)

Licitação. Orçamento estimativo. Preço. Salário. Convenção coletiva de trabalho. Terceirização. Cessão de mão de obra.

Admite-se, na contratação por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii)



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
SETRA - Serviço de Transporte

realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

Boletim de Jurisprudência TCU nº 265

Acórdão 2101/2020 Plenário (Pedido de Reexame, Relator Ministro Augusto Nardes)

Licitação. Orçamento estimativo. Preço. Terceirização. Convenção coletiva de trabalho. Cessão de mão de obra. Salário.

Admite-se, na contratação por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

Boletim de Jurisprudência TCU nº 323

- 1.5.3.9 Dessa forma, procedeu-se pesquisa de preços em outras contratações públicas no Distrito Federal com perfil profissional análogo ao que será exigido na nova contratação, obtendo-se os resultados constantes da tabela abaixo, que indicam os patamares salariais a serem fixados para a presente contratação, de forma a assegurar a manutenção do perfil técnico adequado à prestação dos serviços de locação de veículos com motoristas a serem demandados.

Tabela 1 – Pesquisa de valores salariais no mercado público do DF para perfil técnico exigido e respectiva fixação do patamar a ser exigido na nova contratação.

| Posto | Senado CT 27/2017* | Câmara CT 26/2020 | ADASA CT 06/2021* | TCDF nº 28/2016* | MÉDIA | Salário Proposto | Percentual |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------|------------------|------------|
| Motorista de Veículo de Representação | | R\$ 4.295,91 | R\$ 4.000,63 | R\$ 3.951,32 | R\$ 4.082,62 | R\$ 3.951,32 | 96,78% |
| Encarregado | R\$ 4.766,18 | R\$ 4.782,96 | R\$ 4.585,12 | R\$ 4.585,15 | R\$ 4.679,85 | R\$ 4.585,15 | 97,98% |

* Salários de 2020 corrigidos pelo índice de 4,1% constante da CCT 21/21 SITTRATER/DF e SEAC/DF

**Salário Câmara base de 2018. Realizado ajuste de 3,7% (2019), 4,67% (2020) e 4,1% (2021). SITTRATER/DF e SEAC/DF

1.5.4 LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.5.4.1 Os serviços serão executados no Distrito Federal, e, excepcionalmente, nos municípios do Entorno, definidos pela legislação aplicável.

1.6 DA JUSTIFICATIVA PARA FIXAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 1.6.1 A fixação do prazo de vigência em 30 (trinta meses) visa proporcionar um período maior para a contratada absorver o investimento realizado na frota de veículos, por meio da diluição em prazo razoável dos custos com a depreciação dos veículos a serem disponibilizados, possibilitando a redução de custos também para a Administração Pública. A estipulação de tal prazo encontra amparo em jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs: 490/2012 – Plenário e 1.214/2013 – Plenário).

- 1.6.2 Além disso, tem por objetivo ajustar a substituição dos veículos ao termo médio de duração do contrato, devendo a Contratada, em caso de prorrogação contratual,



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
SETRA - Serviço de Transporte

promover obrigatoriamente a troca dos veículos.

1.7 DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DOS SERVIÇOS EM LOTE ÚNICO

- 1.7.1 Os serviços de locação de veículos com motoristas, relativos à presente licitação, foram agrupados em lote único, considerando: as características técnicas dos serviços; os requisitos operacionais das eventuais licitantes; os respectivos locais de execução desses; bem como o histórico de gestão desse tipo de contratação no âmbito deste Tribunal.
- 1.7.2 O agrupamento do objeto em lote único tem por objetivo facilitar o gerenciamento do objeto a ser contratado, bem como otimizar a prestação dos serviços. A formatação da presente contratação visa também obter economia de escala e reduzir custos para a Administração, inclusive pela utilização de apenas dois postos de encarregado para a coordenação de todos os serviços de transporte constantes deste Termo de Referência (Itens 1 a 4).
- 1.7.3 Note-se que o gerenciamento de mais de um contrato para os serviços em questão traz ineficiência e aumento de custos na gestão e dificuldade na fiscalização da contratação por parte do CONTRATANTE. Frise-se que a relação contratual com somente uma empresa, vencedora do certame, concentrará os esforços da equipe responsável pelo acompanhamento dos serviços no zelo dos recursos públicos a serem despendidos.
- 1.7.4 Observe-se que para melhor gerenciamento do contrato, e também para atender às especificidades orçamentárias e contábeis, foi proposta a separação dos custos da locação de veículos e da mão-de-obra em itens distintos, mas permanece inalterada a unicidade da contratação com vistas a obter melhores resultados por intermédio da terceirização. Ademais, tornar-se-á mais simples o procedimento mensal de conferir os valores dos serviços prestados, porque os valores da mão-de-obra são fixos e mais fáceis de serem fiscalizados.

1.8 Alinhamento entre a demanda e o planejamento institucional:

- 1.8.1 A presente contratação visa auxiliar no objetivo estratégico de garantir infraestrutura adequada à prestação dos serviços de controle externo, garantindo as condições de transporte necessárias ao bom andamento das atividades do TCDF.
- 1.8.2 Desempenha um caráter primordial na medição do indicador de satisfação do público interno com a infraestrutura do órgão.

1.9 Estimativa das quantidades:

- 1.9.1 Contratação, por meio de execução indireta, de serviços de locação de veículos em caráter permanente e eventual, incluindo a condução dos veículos, o gerenciamento da frota, e a administração da mão-de-obra terceirizada, subdivididos da seguinte forma:



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

1.9.2 Lote único:

| Item | Descrição dos Veículos | Estimativa mensal de diárias por veículo | Estimativa de Km mensais por veículo | Qtd. Veículos | Total mensal de diárias | Total mensal de KMs |
|------|--|--|--------------------------------------|---------------|-------------------------|---------------------|
| 1 | Veículo de serviço e veículo de uso especial | 22 | 1.000 | 10 | 220 | 10.000 |
| 2 | Veículo executivo | 22 | 1.600 | 8 | 176 | 12.800 |

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|------|--|---------|------------|
| 3 | Motorista de Veículo de Serviço e Veículo de Uso Especial | Mês | 10 |
| | Motorista de Veículo Executivo - 44h e escala 12x36 | Mês | 16 |
| | Encarregado | Mês | 2 |
| | Hora Extra <u>Diurna</u> sob demanda - para motorista de veículo de serviço | h | 5 |
| | Hora Extra <u>Noturna</u> sob demanda - para motorista de veículo de serviço | h | 5 |
| | Hora Extra <u>Diurna</u> sob demanda - para motorista de veículo executivo | h | 5 |
| | Hora Extra <u>Noturna</u> sob demanda - para motorista de veículo executivo | h | 5 |

| Item | Descrição | Franquia KM | Unid. | Qtd. Mensal estimada | Qtd. estimada de KM Excedente |
|------|---------------|-------------|--------|----------------------|-------------------------------|
| 4 | V. Executivo | 200 | Diária | 2 | 1 |
| | Van | 200 | Diária | 5 | 1 |
| | Pick-up média | 200 | Diária | 1 | 1 |
| | Caminhão baú | 200 | Diária | 1 | 1 |
| | Micro-ônibus | 200 | Diária | 1 | 1 |

1.9.2.1 Houve diminuição da quantidade do ITEM 1, de 14 para 10 veículos de serviço, devido a redução significativa na demanda, principalmente oriundo do aumento do trabalho remoto, ainda que por conta da pandemia do Coronavírus. Espera-se uma retomada das solicitações no ano de 2022.

1.9.2.2 Consequentemente, também foi reduzida a quantidade de motoristas, de 14 para 10, que irão conduzir os veículos de serviço e veículos de uso especial.

1.10 Do levantamento de mercado, da justificativa da escolha do tipo de solução a contratar e da natureza contínua dos serviços:

1.10.1 O presente estudo considerou três soluções possíveis para suprir a demanda do serviço de transporte, quais sejam: contratação sob demanda por serviço por aplicativo, nos moldes do “taxigov”; compra de veículos próprios; ou terceirização

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

por locação, ambos com terceirização de mão de obra.

1.10.2 Cabe salientar que a avaliação limitou-se aos itens 1, 2 e 3 (apenas motoristas), já que não cabe falar em compra ou a utilização de aplicativo dos veículos elencados no item 4, já que estes são contratos de maneira eventual e sob demanda.

1.10.3 A primeira solução estudada foi a contratação de serviços por meio de aplicativo, onde toda e qualquer demanda é prestada por motoristas previamente cadastrados em sistema próprio e solicitadas pelo Contratante somente quando necessário.

1.10.3.1 Trata-se de uma nova modalidade de prestação de serviços de transporte, regulamentada no âmbito do Distrito Federal por meio da Lei nº 5.691, de 02 de agosto de 2016. Essa solução baseia-se na tecnologia de comunicação em rede, ou seja, operam através da disponibilização de aplicativos *on-line* de agenciamento de viagens para conectar passageiros.

1.10.3.2 Na Administração Pública Federal esse tipo de serviço já se encontra em funcionamento na região do Distrito Federal, com a contratação centralizada pela Central de Compras e Contratações do Ministério da Economia, por meio da Ata de Registro de Preços n.º 02/2019. Ao todo, 52 órgãos e entidades públicas da União aderiram àquela ata. Em Jan/2020 o Governo do Distrito Federal (GDF), por intermédio da Secretaria de Economia, aderiu à Ata de Registro de Preços n.º 02/2019. A citada ata não está mais vigente, não sendo uma solução possível a adesão do TCDF à mesma.

1.10.3.3 Os serviços contratados pelo Governo Federal englobam a prestação de serviços de transportes através de frota de táxi, os quais são demandados pelos servidores do órgão utilizando sistema eletrônico (aplicação web e mobile) ou via telefone.

1.10.3.4 A contratação supracitada foi implantada com o objetivo de reduzir os custos com transporte no âmbito da Administração Pública através do atendimento de demandas rotineiras do órgão, atendendo as necessidades de expediente, podendo substituir os serviços prestados atualmente por veículos de serviço, ou seja, é modalidade que atende a servidores e colaboradores, não sendo um serviço que substitui o uso de veículos institucionais do órgão, conforme disciplina o inciso I, do §2º, do artigo 1º da Instrução Normativa nº 02, de 20/02/2017, da Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula o serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço dos órgãos da Administração Pública Federal direta, por meio de táxi, no âmbito do Distrito Federal e entorno.

§ 1º As entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo Federal poderão implementar o modelo de serviço de agenciamento de transporte terrestre de que trata o caput.

§ 2º As disposições desta Instrução Normativa não se aplicam:

I- **ao transporte realizado por veículos de representação, especiais**, de transporte institucional e de serviços especiais, nos termos do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008; e

II - às necessidades relacionadas ao desenvolvimento das atividades finalísticas e aos transportes aéreo, fluvial e marítimo.

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

1.10.3.5 Como na esfera federal, no âmbito do TCDF, os veículos executivos (item 2), são contratados para estarem disponíveis às autoridades de forma integral e exclusiva, visando a segurança e o transporte eficiente no âmbito do Distrito Federal e entorno. Dessa forma, no caso dos veículos de representação, não é possível a prestação de serviços por meio de aplicativo.

1.10.3.6 No caso dos veículos de serviço e uso especial, vale ressaltar que a análise deste modelo de contratação deve levar em conta não apenas a questão econômica, mas também outros fatores, tais como agilidade na prestação dos serviços e, principalmente, a garantia de segurança para os servidores e colaboradores do TCDF, uma vez que, dentre os três modelos apresentados, este é o que representa menor grau de segurança para a Corte.

1.10.3.7 Em princípio, temos o fato de que não seria possível obrigar a contratada a disponibilizar previamente os dados dos motoristas que atenderiam o órgão, uma vez que é ampla a rede de prestadores cadastrados em cada serviço.

1.10.3.8 No atual contrato de transportes, todos os profissionais alocados no contrato de condução de veículos, passam por análises periódicas de seus antecedentes criminais e infrações de trânsito, que não é possível fazer com motoristas do STIP-DF, devido ao condutor neste tipo de serviço ser definido apenas no momento do chamado.

1.10.3.9 Nesta linha, não é possível afirmar qual o motorista iria atender um determinado chamado do órgão, pois há uma infinidade de motoristas cadastrados, havendo sempre a incerteza em relação ao prestador e à garantia de segurança que seria oferecida.

1.10.3.10 Deve-se ter em mente que, além da economia, o quesito segurança jamais pode ser ignorado no que diz respeito ao atendimento de servidores, colaboradores e, principalmente, das autoridades, as quais, pela natureza do cargo que ocupam, necessitam de maior atenção da Administração no que diz respeito a sua segurança pessoal.

1.10.3.11 Além disso, tendo em vista a quilometragem demandada pelo TCDF, não há em que se falar em criação de aplicativo exclusivo, e sim do aproveitamento de sistemas existentes, já que não haveria viabilidade financeira à empresa contratada ou não seria ofertado de forma eficiente em todo o território mencionado.

1.10.3.12 Para dirimir essa última questão, buscaram-se no âmbito do Distrito Federal, atas de registro de preço vigentes para aproveitamento e avaliação de possível contratação. Contudo, nenhuma ata foi encontrada na região do DF.

1.10.3.13 Afora as questões de segurança, a administração encontrou mais alguns empecilhos que poderiam inviabilizar esse tipo de contratação:

1.10.3.13.1 Mesmo que sejam empresas contratadas, os motoristas que prestam os serviços de transporte nessa modalidade são cadastrados nos aplicativos e pagos no formato "**freelance**", onde é remunerado por corrida. Nesse contexto, poderia faltar interesse/oferta no deslocamento do trecho entre o Edf. Anexo / Edf. Sede e o Edf. Garagem, percurso de apenas 1,4 km (estimado pelo aplicativo **googlemaps**). Destaca-se que esse percurso é de extrema importância, já que há

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

setores alocados no Ed. Garagem, tais como a Escola de Contas e o Serviço de Transporte.

1.10.3.13.2 Além disso, há solicitações de deslocamento para lugares muito distantes, onde é solicitado ao motorista que aguarde o servidor no local de destino, para o retorno ao Tribunal no momento oportuno. **Frise-se que a não espera no local de destino pode trazer transtornos no regresso e atrasos nos trabalhos executados pelo servidor em deslocamento, pois pode haver locais que tenham baixa atratividade para carros do tipo *freelance*.**

1.10.3.14 De todo o exposto, conclui-se que não há aplicativo que atenda as necessidades de segurança e demais peculiaridades do TCDF. Sendo assim, descartou-se a solução por aplicativo para essa contratação.

1.10.4 No que tange a terceirização do serviço de condução, cabe tecer os seguintes comentários:

1.10.4.1 Com a edição das Resoluções TCDF nºs: 119/2000, 139/2001 e 236/2012, que declaram a desnecessidade do cargo de Técnico de Administração Pública B - Condutor de Veículos, impedindo seu provimento em casos de vacância, a solução de ocupação desses cargos pela via do concurso público tornou-se inviável.

1.10.4.2 Ademais, as atividades de transportes, uma vez que não fazem parte do "*core business*" desta Corte de Contas, enquadram-se também nos pressupostos do Decreto Distrital nº 25.937/2005, por se constituir em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do TCF, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.10.4.3 Sendo assim, sugere-se a terceirização dos serviços, já que não há mais previsão para contratação de servidor para essa atividade mediante concurso público.

1.10.5 As soluções, portanto, limitam-se a decisão quanto a aquisição ou locação dos veículos de serviço e de representação.

1.10.5.1 Para tanto foi realizado estudo com emprego do Método do Valor Presente Líquido, observando a metodologia constante da Decisão Normativa TCDF 01/2011.

1.10.5.2 Para o cenário de aquisição foram considerados os seguintes parâmetros no estudo¹ (Peça nº 26):

1.10.5.2.1 Renovação da frota após 30 meses, conforme preconizado no Contrato 28/2016 vigente, visando a manutenção da frota locada atualizada e em

¹ Todas as estimativas levaram em consideração a franquia de mensal de cada tipo de veículo

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

condições mais adequadas para a execução dos serviços com a eficiência e a segurança necessárias.

1.10.5.2.2 Manutenção programada a cada ano ou 10 mil quilômetros rodados ou 1 ano da data de aquisição, conforme exigido no manual do fabricante.

1.10.5.2.3 Substituição de bateria a cada 2 anos.

1.10.5.2.4 Substituição das pastilhas de freio a cada 20 mil quilômetros rodados.

1.10.5.2.5 Substituição dos pneus a cada 40 mil quilômetros rodados

1.10.5.2.6 Lavagem 4 vezes por mês.

1.10.5.2.7 Seguro do veículo anual.

1.10.5.2.8 Custos com combustível de acordo com a franquia de rodagem mensal.

1.10.5.3 Já para o cenário de locação foi considerado o valor atualmente pago no Contrato nº 28/2016² (processo nº 20.065/16).

1.10.5.4 Abaixo encontram-se os resumos dos VPL's encontrados para os cenários de aquisição e/ou locação dos veículos de serviço e de representação para o período de 60 meses:

| Veículo | Compra | Redução Tributária | Revenda | Meses | CDI | VPL | | Diferença Percentual da aquisição em relação a locação |
|---------------|---------|--------------------|---------|-------|-------|---------------|---------------|--|
| | | | | | | Aquisição | Locação | |
| Serviço | à vista | não | não | 60 | 0,43% | -2.035.170,47 | -1.139.020,98 | 44,03% |
| Representação | à vista | não | não | 60 | 0,43% | -2.731.879,26 | -1.816.412,77 | 33,51% |

1.10.6 Da análise acima exposta e toda discussão apresentada, conclui-se que a melhor solução é a locação veículos, incluindo a terceirização de mão de obra para a condução dos veículos.

1.11 Estimativa de preços ou preços referenciais:

1.11.1 Para a construção do orçamento dos serviços adotou-se a metodologia do orçamento complexo, denotado pela fórmula: Preço = custo direto + impostos / contribuições sociais sobre o custo direto + despesas administrativas + lucro + impostos / contribuições sociais sobre o faturamento (receita bruta).

1.11.2 O custo direto da mão de obra, para o motorista de serviço, foi extraído da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021, celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do Distrito Federal e Outros (SITTRATER/DF) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF) (Peça nº 3).

1.11.3 O custo direto da mão de obra, para o encarregado e para o motorista executivo foi definido de acordo com o preço atualmente utilizado no contrato nº 28/2016,

² Utilizado valor atualizado de acordo com 4º Termo Aditivo (processo nº 20.065/2016)

**TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

SETRA - Serviço de Transporte

atualizado pelos valores da CCT acima mencionada. Os valores foram balizados com base em pesquisa realizada em outros órgãos da Administração Pública. (Câmara dos Deputados – Contrato 26/2020; Senado Federal – Contrato 27/2017 e ADASA – Contratos 06/2021)

- 1.11.4 O custo direto dos uniformes é oriundo de pesquisa de preços (Peças nº: 4 e 15).
- 1.11.5 O custo dos veículos em caráter permanente é oriundo de pesquisa de preço da aquisição, combustível, manutenção, seguro, seguro obrigatório e impostos (Peça nº 5);
- 1.11.6 Para os veículos contratados sob demanda, foi realizada pesquisa de mercado de contratações em outros órgãos e de cotação de aluguel no mercado privado. Foi considerado o valor da diária de um motorista executivo, para as cotações que consideravam apenas a locação do veículo (Peças nº 16 a 25);
- 1.11.7 Os valores da mão de obra foram balizados com os de outras contratações públicas (peças nº 27)
- 1.11.8 O conjunto de planilhas com o detalhamento e memória dos cálculos realizados encontra-se em arquivo excel, associado ao processo. Além disso, as imagens dessas planilhas constam do Termo de Referência para os serviços.

1.11.9 A contratação, para fins de realização de procedimento licitatório, foi orçada em:

| Item | Descrição | V. Estimado Sem BDI | V. Estimado Com BDI |
|----------------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| 1 e 2 | Custo direto mensal estimado para a locação de veículos em caráter permanente | R\$ 47.497,04 | R\$ 58.893,45 |
| 3 | Custo direto mensal estimado para os serviços de gerenciamento de veículos e disponibilização dos motoristas | R\$ 209.939,61 | R\$ 260.312,39 |
| 4 | Custo direto mensal estimado para a locação de veículos em caráter eventual | R\$ 5.617,94 | R\$ 6.965,90 |
| VALOR TOTAL MENSAL | | R\$ 263.054,59 | R\$ 326.171,74 |
| VALOR PARA 30 MESES | | R\$ 7.891.637,70 | R\$ 9.785.152,20 |

1.12 Descrição detalhada da solução e questões relacionadas à transição contratual:

- 1.12.1 A descrição detalhada da solução proposta consta do Termo de Referência dos Serviços (Anexo I).
- 1.12.2 A duração inicial dos contratos a serem celebrados deverá ser de 30 (trinta) meses, seguindo os termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 1.12.3 As características técnicas dos serviços não demandam transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, portanto não há a necessidade de transição contratual.

1.13 Dos resultados pretendidos:

- 1.13.1 Melhoria na qualidade dos serviços atualmente prestados.
- 1.13.2 Diminuição de custos associados à aquisição / manutenção de frota própria.
- 1.13.3 Aumento da eficiência no atendimento aos usuários dos serviços de transporte do TCDF.
- 1.13.4 Atendimento das solicitações de veículos de serviço efetuadas no prazo acordado.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
SETRA - Serviço de Transporte

1.13.5 Atendimento das Autoridades dessa Corte de Contas por meio da disponibilização de veículos de representação.

1.14 Das providências para adequação do ambiente do órgão:

1.14.1 O presente objeto, a ser licitado, já é fruto de contrato em execução. Desse modo, evidencia-se não ser necessário adequações no ambiente deste Tribunal, pois todas as adaptações necessárias à realização dos serviços já foram implementadas.

1.15 Da viabilidade da contratação:

1.15.1 Diante do apresentado neste Estudo Preliminar, declara-se que a contratação de serviço de locação de veículos, em caráter permanente e eventual, incluindo a condução dos veículos, o gerenciamento da frota, e a administração da mão-de-obra terceirizada, com vistas ao atendimento das necessidades do Tribunal de contas do Distrito Federal (TCDF), é viável.

| <i>Assinado Digitalmente</i> | <i>Assinado Digitalmente</i> |
|---|--|
| Sizenando Pinto Coelho Serviço de Transporte Chefe | Leonardo José Alves Leal Neri Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio Secretário |

ANÁLISE DE RISCOS³

2 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS⁴

2.1 Cumprindo com o disposto no artigo 25 da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MP, serão analisados os riscos inerentes a três situações distintas relacionadas a este processo de contratação, originando os subsequentes eventos:

2.1.1 Fases do planejamento da contratação:

3.1.1.1. Equívocos na descrição do objeto.

3.1.1.2. Elaboração falha da estimativa.

3.1.1.3. Erros materiais / formais no Termo de Referência.

2.1.2 Fases da seleção do fornecedor:

3.1.2.1. Morosidade no processo licitatório.

³ Este documento segue as recomendações da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Essa Instrução Normativa será referenciada como IN 05/2017 neste texto.

⁴ Risco: (1) "possibilidade de perigo, incerto mas previsível, com ameaça de dano a pessoa ou a coisa" - Michaelis, disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=risco>>; (2) "a probabilidade de acontecer uma situação adversa ou dano e as consequências deste mesmo" - EUFIC, disponível em <<http://www.eufic.org/article/pt/seguranca-e-qualidade-alimentar/comunicacao-deriscos/artid/O-que-e-a-analise-de-risco/>>.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

3.1.2.2. Impropropriedades no processo licitatório.

3.1.2.3. Fracasso do processo licitatório.

2.1.3 Fases da Contratação:

3.1.3.1 Não assinatura do contrato.

3.1.3.2 Atraso no fornecimento do objeto, na prestação dos serviços e/ou no pagamento aos funcionários.

3.1.3.3 Veículos / Materiais não cumprem as especificações editalícias, técnicas e demais exigências normativas.

3.1.3.4 Inexecução total do contrato.

3.1.3.5 Inexecução parcial do contrato.

3.1.3.6 Atraso de pagamento aos funcionários terceirizados.

3.1.3.7 A contratada deixa de providenciar e entregar os uniformes dentro dos padrões e prazos exigidos.

3.1.3.8 A contratada não realiza pagamento de FGTS ou INSS dos funcionários

3.1.3.9 Ausência de treinamento e capacitação dos profissionais.

3 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS EVENTOS

| RISCO 3.1.1.1. EQUÍVOCOS NA DESCRIÇÃO DO OBJETO | | | |
|---|---|--|---|
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Não observância dos requisitos mínimos dos equipamentos/materiais e serviço. | Provimento de pedido de impugnações no Edital. | Atraso na realização da contratação pleiteada. |
| 02 | Ausência de pesquisa no mercado potencial das melhores práticas, produtos e serviços. | Contratação que atende precariamente as necessidades. | Obsolescência de equipamentos ou serviços descontinuados. |
| RISCO 3.1.1.2. ELABORAÇÃO FALHA DA ESTIMATIVA | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Não atendimento das diretrizes para confecção de orçamento complexo. | Provimento de pedido de impugnações por preços inexequíveis no Edital. | Atraso na realização da contratação pleiteada. |
| 02 | Ausência de preços públicos. | Licitação com valores acima do mercado da Administração Pública. | Contratação superfaturada. |
| RISCO 3.1.1.3. ERROS MATERIAIS / FORMAIS NO TERMO DE REFERÊNCIA | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

| | | | |
|----|--|--|---|
| 01 | Não atendimento à estrutura formalizada dos documentos. | Atraso nos ajustes da documentação processual. | Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada. |
| 02 | Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico sem interação com outros setores. | Atraso na elaboração da documentação processual. | Atraso na realização da contratação pleiteada. |

RISCO 3.1.2.1. MOROSIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO

| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
|----|---|---------------------------------|--|
| 01 | Descumprimento de prazos definidos na fase externa do processo administrativo de contratação. | Longo trâmite processual. | Atraso na realização da contratação pleiteada. |
| 02 | Ausência de fluxogramação dos processos de contratação. | Prazos processuais indefinidos. | Atraso na realização da contratação pleiteada. |

RISCO 3.1.2.2. IMPROPRIEDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO

| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
|----|--|--|---|
| 01 | Inobservância das legislações e princípios relacionados às contratações. | Provimento de pedido de impugnações no Edital. | Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada. |
| 02 | Falta de controle das recomendações do Controle Interno | Trâmite processual com interrupções para adequações. | Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada. |

RISCO 3.1.2.3. FRACASSO NO PROCESSO LICITATÓRIO

| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
|----|---|--|---|
| 01 | Inobservância de preços públicos e requisitos mínimos necessários para a contratação. | Licitação deserta/fracassada. | Retrabalho para novo procedimento licitatório. |
| 02 | Especificações limitadas dos produtos e serviços do mercado. | Licitação direcionada. | Anulação do processo de contratação pleiteada |
| 03 | Documentação elaborada sem observância das normas. | Provimento de pedido de impugnações no Edital. | Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada. |

RISCO 3.1.3.1. NÃO ASSINATURA DO CONTRATO

| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
|----|-------|------|--------------|
|----|-------|------|--------------|



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

| | | | |
|---|--|--|--|
| 01 | Desistência do prestador em atender as demandas. | Convocar os licitantes remanescentes para contratar. | Atraso na realização da contratação pleiteada. |
| 02 | Falta de recurso orçamentário e financeiro para atendimento da contratação. | Impossibilidade de assinatura do contrato ou emissão do empenho. | Possível revogação da contratação. |
| RISCO 3.1.3.2. ATRASO NO FORNECIMENTO DO OBJETO, NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU NO PAGAMENTO AOS FUNCIONÁRIOS | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Falta de controle nos trâmites da contratação. | Demora na assinatura do contrato ou emissão de empenho. | Contratação com início postergado. |
| 02 | Falta de controle na entrega dos equipamentos/materiais ou execução do serviço. | Mercadoria e serviço com atraso. | Paralisação de serviços ou inutilização de equipamentos. |
| 03 | Falta de cronograma de contratação. | Gestor sem informações sobre contratações. | Provimento extemporâneo dos setores demandantes. |
| RISCO 3.1.3.3. VEÍCULOS / MATERIAIS NÃO CUMPREM AS ESPECIFICAÇÕES EDITALÍCIAS, TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS NORMATIVAS | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Inexistência de pesquisa, planejamento e estudo sobre as demandas do serviço a ser prestado. | Contratações ineficientes. | Não provimento adequado do TCDF. |
| RISCO 3.1.3.4. INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Inobservância dos critérios de habilitação quando da elaboração da documentação. | Empresa contratada em situação de falência ou insolvência civil. | Impossibilidade de celebração contratual. |
| RISCO 3.1.3.5. INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos. | Atrasos nas entregas dos produtos e serviços. | Provimento extemporâneo dos setores demandantes. |
| 02 | Subcontratação com terceiros não admitidos no Edital. | Contratação ilegal. | Rescisão contratual. |
| RISCO 3.1.3.6. ATRASO DE PAGAMENTO AOS FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS. | | | |



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
|--|---|--|--|
| 01 | Falta de fluxo de caixa. | Empresa contratada não realizando pagamento dos funcionários terceirizados. | Risco de os funcionários pararem de prestar o serviço. |
| RISCO 3.1.3.7. A CONTRATADA DEIXA DE PROVIDENCIAR E ENTREGAR OS UNIFORMES DENTRO DOS PADRÕES E PRAZOS EXIGIDOS. | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Falta de atenção às datas de entrega de uniforme pela empresa ou qualquer outro motivo para não realizar a entrega. | Uniformes não entregues aos funcionários | Aplicação de penalidades à contratada. |
| RISCO 3.1.3.8. A CONTRATADA NÃO REALIZA O PAGAMENTO DE FGTS OU INSS DOS FUNCIONÁRIOS | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Falta de financeiro para realização do pagamento do FGTS e/ou INSS dos funcionários | Não pagamento de FGTS e/ou INSS dos funcionários | Paralisação dos serviços, multas e impedimentos. |
| RISCO 3.1.3.9. AUSÊNCIA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS | | | |
| ID | CAUSA | FATO | CONSEQUÊNCIA |
| 01 | Inobservância dos critérios de habilitação na documentação elaborada. | Empresa contratada sem a devida qualificação técnico-operacional. | Vício no procedimento licitatório. |
| 02 | Falha na fiscalização contratual. | Empresa deixar de exigir, a renovação da carteira nacional de habilitação – CNH, dos profissionais constantes do contrato. | Aplicação de penalidades à contratada. |

4 DESCRIÇÃO DAS PROBABILIDADES E IMPACTOS

Tabela 5.1 - Risco de ocorrência de eventos.

| Probabilidade (Risco referencial) | OBSERVAÇÕES |
|-----------------------------------|--|
| Alta | A probabilidade de ocorrer é grande. |
| Média | As chances de ocorrer ou não são equivalentes. |
| Baixa | A probabilidade de ocorrer é pequena. |

Tabela 5.2 - Avaliação do impacto.

| Impacto | OBSERVAÇÕES |
|---------|-------------|
|---------|-------------|



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
SETRA - Serviço de Transporte

| | |
|---------------|--|
| Muito grande | Perda do recurso orçamentário; má aplicação de recursos públicos; desabamento da edificação; risco de morte ou lesões graves. |
| Grande | Perda do processo licitatório; degradação crítica da edificação, falhas graves em equipamentos e materiais no momento de sua utilização. |
| Moderado | Degradação moderada da edificação ou falhas contornáveis de alguns equipamentos e materiais, prejudicando a prestação eficaz do serviço. |
| Pequeno | Degradação pequena da edificação, sem prejuízos à prestação dos serviços e sem lesões. |
| Muito pequeno | Não degrada a edificação; ameaças de menor potencial lesivo. |



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

5 ANÁLISE QUALITATIVA DOS RISCOS

RISCO 3.1.1.1. EQUÍVOCOS NA DESCRIÇÃO DO OBJETO

(X) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Atraso na realização da contratação pleiteada.

2 Descontinuidade na prestação dos serviços.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|--|-------------------------|
| 1 | Realização de pesquisa intensa no mercado. | Integrante Requisitante |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|---|-------------------------|
| 1 | Análise das impugnações dos Editais para as devidas corretivas. | Integrante Requisitante |
| 2 | Pesquisa no mercado. | |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Pessoal - Não observância das exigências mínimas (normativos e leis) para prestação do serviço.

2 Pessoal - Ausência de pesquisa no mercado potencial das melhores práticas e preços praticados.

RISCO 3.1.1.2. ELABORAÇÃO FALHA DA ESTIMATIVA

(X) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Atraso na realização da contratação pleiteada.

2 Contratação superfaturada.

3 Atraso na realização da elaboração da estimativa.

4 Descumprimento de exigências normativas e/ou legais.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|---|-------------------------|
| 1 | Emprego de metodologia para elaboração de orçamento complexo com emprego de pesquisa, análise e estudo de preços praticados no mercado. | Integrante Requisitante |
| 2 | Constar preços públicos na estimativa de produtos e serviços a serem contratados. | |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|--|-------------------------|
| 1 | Análise das impugnações dos Editais e as devidas corretivas. | Integrante Requisitante |
| 2 | Reelaboração do orçamento. | |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Pessoal - Emprego incorreto da metodologia de construção de orçamento complexo.

2 Processo - Ausência de preços públicos e pesquisa de preços.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

RISCO 3.1.1.3. ERROS MATERIAIS/FORMAIS NO TERMO DE REFERÊNCIA

(X) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Retrabalho.

2 Atraso na realização da contratação pleiteada.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|--|--|
| 1 | Garantir o cumprimento das normas legais e demais normativos para promover o correto atendimento à demanda de brigadistas no TCDF. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| 2 | Interagir com os demais setores do TCDF na elaboração dos Termos de Referência e Projetos Básicos e demais documentos necessários ao processo. | |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|--|-------------------------|
| 1 | Análise das impugnações dos Editais e as devidas corretivas. | Integrante Requisitante |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Pessoal - Não atendimento à estrutura formalizada dos documentos.

2 Processo - Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico sem interação com outros setores.

RISCO 3.1.2.1. MOROSIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Atraso na realização da contratação pleiteada.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|--|--|
| 1 | Acionar as áreas envolvidas na contratação quando se verificar demora demasiada em determinada fase. | Ocupantes de cargos com poder de decisão. |
| 2 | Estabelecer normativamente os prazos para a entrega de documentos. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| 3 | Cumprir a Lei nº 8.666/1993 e a IN nº 05/2017. | |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|--|--|
| 1 | Atender com celeridade as demandas da Licitação. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Processo - Ausência de definição de prazos na fase externa do processo administrativo de contratação.

2 Processo - Ausência de fluxograma dos processos de contratação.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

RISCO 3.1.2.2. IMPROPRIEDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Retrabalho e atraso na realização da contratação pleiteada.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|---|--|
| 1 | Seguir a legislação relacionada às contratações em geral e às contratações de serviços de mão de obra terceirizada. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| 2 | Atender as recomendações do Controle Interno. | Integrante Requisitante |
| 3 | Agir com transparência e velar pela aplicação dos princípios norteadores da Administração Pública. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|--|--|
| 1 | Atender com celeridade as demandas da Licitação. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

| | |
|---|--|
| 1 | Pessoal - Inobservância das legislações e princípios relacionados às contratações de serviços de mão de obra terceirizada. |
| 2 | Processo - Falta de controle das recomendações do Controle Interno. |

RISCO 3.1.2.3. FRACASSO NO PROCESSO LICITATÓRIO

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Retrabalho para novo procedimento licitatório.

2 Revogação do processo de contratação pleiteada.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|--|--|
| 1 | Seguir a legislação relacionada às contratações em geral e contratações de serviços de mão de obra terceirizada. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| 2 | Proceder à especificação dos itens de forma que a maior quantidade possível de licitantes possa participar do certame. | Integrante Requisitante |
| 3 | Seguir o trâmite administrativo para aprovação de documentos referentes à contratação. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|--|--|
| 1 | Atender com celeridade as demandas da Licitação. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| 2 | Correção da documentação pertinente, estimativa e outros documentos necessários ao processo. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

| | |
|---|--|
| 1 | Pessoal - Inobservância de preços públicos e requisitos mínimos necessários. |
| 2 | Pessoal - Especificações limitadas dos produtos e serviços do mercado. |
| 3 | Pessoal - Documentação elaborada sem observância das normas. |



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

RISCO 3.1.3.1. NÃO ASSINATURA DO CONTRATO

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO (X) MUITO GRANDE () GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Atraso na realização da contratação pleiteada.

2 Possível revogação da contratação.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|---|---|
| 1 | Convocar o interessado para assinar o termo de contrato dentro do prazo e condições estabelecidas. | Ocupantes de cargos com poder de decisão |
| 2 | Elaborar e promover a gestão orçamentária e financeira por meio de um plano de despesas orçamentárias anuais. | Ocupantes de cargos com poder de decisão Integrante Requisitante |

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|---|--|
| 1 | Convocar, dentro do prazo e condições estabelecidas, os licitantes remanescentes para manifestar o interesse e assinar o termo de contrato. | Ocupantes de cargos com poder de decisão |
| 2 | Realizar a gestão orçamentária e financeira junta às instâncias necessárias para realização de despesas. | Ocupantes de cargos com poder de decisão |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Fator externo - Desistência do fornecedor em atender as demandas.

2 Fator externo - Falta de recurso orçamentário e financeiro para atendimento da contratação.

RISCO 3.1.3.2. ATRASO NO FORNECIMENTO DO OBJETO, NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU NO PAGAMENTO AOS FUNCIONÁRIOS

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO (X) MUITO GRANDE () GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Contratação com início postergado.

2 Paralisação dos serviços.

3 Provimento extemporâneo dos setores demandantes.

4 Impossibilidade de o fornecedor prestar os serviços no prazo estabelecido.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|---|---|
| 1 | Estabelecer um prazo razoável para início do serviço licitado. | Integrante Requisitante |
| 2 | Estabelecer penalizações por atrasos, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. | Integrante Administrativo Ocupantes de cargos com poder de decisão |
| 3 | Planejar corretamente a estruturação da prestação dos serviços de segurança pessoal e vigilância patrimonial. | Integrante Requisitante |



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|--|--|--|
| 1 | Aplicar penalizações por atrasos, na forma prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato. | Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão. |
| 2 | Efetivar ações junto aos fornecedores para entrega dos equipamentos e/ou início dos serviços dentro do prazo estabelecido. | Integrante Requisitante |
| CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES) | | |
| 1 | Processo - Falta de controle nos trâmites da contratação. | |
| 2 | Pessoal - Falta de controle na entrega dos produtos ou execução do serviço. | |
| 3 | Processo - Falta de cronograma de contratação. | |

RISCO 3.1.3.3. VEÍCULOS / MATERIAIS NÃO CUMPREM AS ESPECIFICAÇÕES EDITALÍCIAS, TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS NORMATIVAS

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

- | | |
|---|---|
| 1 | Descumprimento do especificado no contrato. |
| 2 | Risco de não haver correto atendimento na prestação dos serviços de transporte. |

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|--|--|--|
| 1 | Fiscalizar a entrega dos equipamentos e materiais. | Integrante Requisitante |
| 2 | Fiscalizar o fornecimento de veículos e materiais quanto aos prazos e especificações estabelecidos em contrato. | Integrante Requisitante |
| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Aplicar penalizações por atrasos, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. | Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão. |
| 2 | Efetivar ações junto ao fornecedor para entrega dos veículos e/ou materiais, conforme especificado no Termo de Referência e no contrato. | Integrante Requisitante |
| CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES) | | |
| 1 | Pessoal – Ausência de fiscalização na entrega dos materiais e equipamentos. | |



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

RISCO 3.1.3.4. INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA (X) MÉDIA () BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Rescisão contratual.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|---|--|
| 1 | Atentar aos requisitos de habilitação, quando da elaboração da documentação (Projeto Básico/Termo de Referência) | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| 2 | Pesquisar o histórico contratual das licitantes contratadas. | Integrante Requisitante |
| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Aplicar penalizações, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. | Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão. |
| 2 | Convocar, dentro do prazo e condições estabelecidas, os licitantes remanescentes para manifestar o interesse e assinar o termo de contrato. | Ocupantes de cargos com poder de decisão |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Pessoal - Inobservância dos critérios de habilitação na documentação elaborada.

2 Fator Externo – Falência da contratada.

RISCO 3.1.3.5. INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA (X) MÉDIA () BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE (X) GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Provimento extemporâneo dos setores demandantes.

2 Aplicação de penalidades à contratada, incluindo a rescisão contratual.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|---|--|
| 1 | Atentar aos requisitos contratuais relativos à inexecução parcial da contratação e à execução contratual. | Integrante Requisitante |
| 2 | Pesquisar o histórico contratual das licitantes contratadas quanto à execução dos contratos firmados com a Administração Pública. | Integrante Requisitante |
| 3 | Acompanhar e fiscalizar a execução contratual de forma a reduzir/eliminar a ocorrência de falhas. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Aplicar penalizações, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. | Integrante Requisitante Oc. de cargos com poder de decisão. |
| 2 | Convocar dentro do prazo e condições estabelecidas os licitantes remanescentes para manifestar o interesse e assinar o termo de contrato, caso a rescisão contratual venha ocorrer. | Ocupantes de cargos com poder de decisão |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

| | |
|---|---|
| 1 | Fator Externo - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos. |
|---|---|

RISCO 3.1.3.6. ATRASO DE PAGAMENTO AOS FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS.

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo.

2 Aplicação de penalidades à contratada.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|-----------------|-------------|
|------|-----------------|-------------|

| | | |
|---|---|--------------------|
| 1 | Conferência mensal dos recolhimentos e pagamentos obrigatórios; | Gestor do Contrato |
|---|---|--------------------|

| | | |
|---|-----------------------------------|--------------------|
| 2 | Conta vinculada; Seguro-Garantia. | Gestor do Contrato |
|---|-----------------------------------|--------------------|

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|----------------------|-------------|
|------|----------------------|-------------|

| | | |
|---|--|---------------------|
| 1 | Regularização imediata das obrigações. | Gestor do Contrato. |
|---|--|---------------------|

| | | |
|---|---|-------------------------|
| 2 | Identificar o problema e buscar solução junto à contratada. | Integrante Requisitante |
|---|---|-------------------------|

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Pessoal – Falha na fiscalização contratual.

2

RISCO 3.1.3.7. A CONTRATADA DEIXA DE PROVIDENCIAR E ENTREGAR OS UNIFORMES DENTRO DOS PADRÕES E PRAZOS EXIGIDOS.

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

() SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA

IMPACTO () MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

1 Destruição total/parcial do patrimônio.

2 Possibilidade de haver vítimas.

| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
|------|-----------------|-------------|
|------|-----------------|-------------|

| | | |
|---|---|-------------------------|
| 1 | Acompanhar e fiscalizar os procedimentos adotados pela equipe de transportes. | Integrante Requisitante |
|---|---|-------------------------|

| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
|------|----------------------|-------------|
|------|----------------------|-------------|

| | | |
|---|---|-------------------------|
| 1 | Priorizar a segurança das pessoas e adotar medidas adequadas para minimizar os danos. | Integrante Requisitante |
|---|---|-------------------------|

| | | |
|---|--|--|
| 2 | Aplicar penalizações, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, bem como solicitar o ressarcimento dos danos causados por culpa civil da contratada. | Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão. |
|---|--|--|

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

1 Interna/Externa – ocorrência de incidentes.



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
 SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
 SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
 SETRA - Serviço de Transporte

RISCO 3.1.3.8. A CONTRATADA NÃO REALIZA O PAGAMENTO DE FGTS OU INSS DOS FUNCIONÁRIOS

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
 () SELEÇÃO DO FORNECEDOR
 (X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA (X) MÉDIA () BAIXA
IMPACTO (X) MUITO GRANDE () GRANDE () MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

| 1 | Ações judiciais, quebra do contrato, necessidade de abertura de processo administrativo. | |
|------|--|--|
| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Exigência mensalmente de todos os comprovantes de pagamento de INSS e FGTS de todos os funcionários. | Gestor do contrato |
| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Retenção dos valores referentes a esses tributos | Gestor do contrato |
| 2 | Se não regularizado, extinção contratual | Integrante Requisitante Ocupantes de cargos com poder de decisão. |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

| | |
|---|---|
| 1 | Interna/Externa – ocorrência de incidentes. |
| 2 | Pessoal – falha na fiscalização contratual. |

RISCO 3.1.3.9. AUSÊNCIA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

() PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
 () SELEÇÃO DO FORNECEDOR
 (X) CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE () ALTA () MÉDIA (X) BAIXA
IMPACTO () MUITO GRANDE () GRANDE (X) MODERADO () PEQUENO () MUITO PEQUENO

DANO - CONSEQUÊNCIA

| 1 | Erros na execução dos procedimentos de segurança. | |
|------|--|--|
| ITEM | AÇÃO PREVENTIVA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Comprovar a qualificação técnico-operacional das licitantes. | Integrante Requisitante Integrante Administrativo |
| ITEM | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| 1 | Relatar as falhas e cobrar providências junto à contratada. | Integrante Requisitante |

CAUSAS (FONTE + VULNERABILIDADES)

| | |
|---|--|
| 1 | Pessoal – Inobservância dos critérios de habilitação na documentação elaborada. Pessoal – falha na fiscalização contratual. |
|---|--|



TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
SESAP - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
SETRA - Serviço de Transporte

6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

6.1 Este documento está de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MP e o assinam, por meio eletrônico, os integrantes Equipe de Planejamento da Contratação.

Brasília-DF, 28 de outubro de 2021.

Equipe de planejamento:

| INTEGRANTE | NOME | MATRÍCULA |
|-----------------------|------------------------|------------------|
| Requisitante | Sizenando Pinto Coelho | 1536-3 |
| Administrativo | Leonardo J. A. L. Neri | 1321-8 |